



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX — N.º 188 — SÃO PAULO AGOSTO DE 1974 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/ 50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 2,00

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

Nodia 28 de julho passado, o Presidente da República pronunciou o discurso histórico sobre a independência das colônias, que a seguir transcrevemos na íntegra:

«Se há hora grande na vida e na história de um Povo, essa é, sem dúvida, a do seu reencontro com a vocação, a fisionomia e a forma de ser e de estar no mundo que lhe são próprias. Portugal vive hoje essa hora grande; e é com a mais viva emoção que dirijo ao Povo Português de aquém e além-mar, na mais perfeita coerência com a nossa tradição histórica e com o ideário que nos preside e nela se inspirou, a declaração formal de haver chegado o momento de reconhecer às populações dos nossos territórios ultramarinos o direito de tomarem em suas mãos os próprios destinos, concretizando-se, desse modo, o desenvolvimento da política de autenticidade que sempre defendemos.

«Somos um povo essencialmente pacífico que através dos tempos sempre buscou na aventura a suprimimento das suas carências. Ontem, como hoje, foi a procura em terra alheia de uma vida melhor que motivou os portugueses na demanda de novos mundos. E se os sucessivos modelos políticos da história do mundo permitiram uma configuração imperial da nossa superestrutura, não poderá daí de forma alguma concluir-se termos sido, em algum tempo, um povo de vocação imperialista. Bastaria para tanto recordar que, exatamente quando as fronteiras de África eram talhadas à mesa das conferências europeias pelos impérios coloniais recém-desaparecidos, já entre nós se levantavam as vozes dos soldados de África defendendo as teses da autêntica emancipação colonial. Teses que, surgidas com o liberalismo, reformuladas nos últimos anos da Monarquia e retomadas na vigência da 1ª República, traduziam a essência de uma política ultramarina legitimada pelo consenso moral e tornada autêntica pela prática constante do humanismo lusitano.

«A fatalidade histórica de nos termos desviado desse curso, e a facilidade com que, sob o antigo regime, se legislava sem oposição, permitiram que a Pátria viesse a ser definida em mero estatuto legal, esquecendo-se que se não limitam nações como se limitam coutadas.

«UMA SITUAÇÃO SEM BASE ÉTICA»

«Pagámos esses erros com o sofrimento ao longo de treze anos de uma guerra cujas perspectivas oportuna e persistentemente denunciámos. Se na altura em que a questão ultramarina se agudizou, no começo da década de sessenta, houve que evitar o genocídio e criar as condições para uma solução política, esse esforço militar acabou por perder todo o sentido, na medida em que não foi convenientemente acompanhado no plano político, em ordem a restituir o problema ao quadro dos seus verdadeiros factores. E assim se foi prolongando uma situação sem base ética, que levou os militares que naquele esforço se empenharam, com alto sentido da verdadeira dimensão da Pátria e de fidelidade à causa da justiça, a marcar desassombradamente a posição que culminou com a arrancada de 25 de Abril.

«Nesta linha de coerência, e na estrita fidelidade ao Programa do Movimento das Forças Armadas, se anunciaram recentemente os princípios programáticos do nosso processo de descolonização. Processo a que nos vinculámos sem alienação da responsabilidade moral contraída para com as populações ultramarinas, responsabilidade tantas vezes incompreendida e criminosamente explorada por quantos não conhecem ou procuram ignorar toda a extensão das nossas honestas intenções, buscando apenas o fruto de uma popularidade fácil.

«Aliás, compreende-se que treze anos de guerra no clima de uma poli-
(Continua na pág. seguinte)



Antes da paz oficial na Guiné, comandos do PAIGC e do exército português já estabeleciam contactos que facilitavam o andamento das conversações entre as duas partes, enquanto soldados portugueses e guerrilheiros guineenses confraternizavam repudiando a guerra.

NOVA FASE

Muitos leitores notaram importantes modificações na última edição do nosso jornal. Encontraram um jornal diferente, voltado para outro público, embora fiel à sua linha democrática e unitária.

A mudança é o reflexo dos acontecimentos de Portugal. A missão que nos cabe, agora, é outra. Durante 18 anos "Portugal Democrático" foi uma tribuna de combate ao fascismo e ao colonialismo. A situação existente no país e nas colônias impunha-nos uma dupla tarefa: levar os crimes do fascismo ao conhecimento do povo de Portugal e esclarecer os núcleos da emigração democrática sobre a natureza do regime, funcionando como um elo de ligação entre os portugueses da América e da Europa. A PIDE e a Censura não podiam atingir-nos diretamente. Tivemos assim a possibilidade, ano após ano, mês após mês, de abordar em nossas colunas problemas cujo debate em Portugal era rigorosamente proibido, de divulgar e comentar fatos e situações que, por força de ação do aparelho de terror policial, só eram conhecidos de uma ínfima minoria da nação. Hereditamos ter cumprido essa tarefa. Os rigores da censura as denúncias policialescas dos embaixadores e consules do fascismo nunca conseguiram impedir que o jornal chegasse a Portugal e circulasse entre as mãos do povo. No Exterior, "Portugal Democrático" desempenhou também um papel insubstituível, como trincheira de combate ao colonialismo. Notícias e reportagens nossas foram muitas vezes citadas em publicações das Nações Unidas. Eramos uma fonte de informação que inspirava confiança. O jornal chegava regularmente a dezenas de países. Até os departamentos de estudos ibéricos de prestigiosas universidades norte-americanas — mais de uma dezena — sentiam a necessidade de assinar "Portugal Democrático" para acompanhar a evolução da conjuntura portuguesa e das guerras coloniais do fascismo salazarista.

O 25 de abril mudou todas as perspectivas, impondo-nos tarefas de outra natureza. O fascismo foi derrubado. O povo de Portugal não precisa agora ler jornais portugueses vindos do Exterior para saber o que se passa no seu próprio país. Isso não significa que o jornal tenha perdido validade como instrumento de informação. Dirigimo-nos apenas, prioritariamente, a outro público, com o objetivo de relatar uma realidade inversa da anterior.

Nossa meta agora é o esclarecimento dos portugueses radicados nas Américas. A equipa de "Portugal Democrático" discutiu longamente o assunto. Vários dos seus membros visitaram Portugal nos últimos meses e encontraram uma realidade totalmente diferente da imagem que a imprensa internacional e as agências noticiosas exportam do dia a dia português. Chegamos, assim, à conclusão de que o melhor serviço que poderíamos prestar aos portugueses emigrados seria trazer até eles a verdadeira imagem do processo democrático português, sem paixão, sem distorções, desmascarando as manobras de todos aqueles que conspiram contra a Revolução que nasceu nos cravos dos fuzis e da confraternização do povo com as Forças Armadas.

Seremos doravante sobretudo um jornal de transcrições da imprensa portuguesa. De todos os jornais democráticos editados em Portugal, sem distinção de partidos, pois nas suas próprias contradições eles reflectem o carácter progressista, aberto, pluralista de um processo revolucionário profundamente original cujo avanço, mais do que nunca depende da solidez da aliança entre as massas e um Exército que recuperou o brio e a honra, optando pelo regresso às suas origens populares.

Estamos certos de prestar, assim, um serviço aos povos de Portugal e do Brasil.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ALARGADO O SERVIÇO DE APOIO AOS EMIGRANTES

A secretaria de Estado da Emigração, agora ligada ao Ministério do Trabalho, vai editar uma revista para emigrantes portugueses espalhados pelo mundo e seus familiares em Portugal. A revista, de 48 páginas e com tiragem superior a 50 mil exemplares, conterá além da informação jurídica, legislativa e social objectiva, uma ampla e correcta informação do que se passa no País, concebida em termos de utilidade para o vasto público a que se destina e sob uma orientação que respeita a ordem democrática existente e as leis constitucionais vigentes.

A revista incluirá ampla informação sobre a actualidade política, social, cultural, económica e regional; reportagem; correspondência dos países de fixação e informação sobre a vida desses países; ecos da Imprensa portuguesa e repercussões da vida política portuguesa no estrangeiro; desporto, turismo, sindicalismo, saúde e «consultório» para questões práticas e úteis.

Ainda de acordo com a informação do Ministério da Comunicação Social, a saída do primeiro número, da revista está programada para Agosto. O primeiro número será distribuído gratuitamente podendo ser pedido desde já à Secretaria de Estado da Emigração — Avenida João Crisóstomo, 9 em Lisboa. Por outro lado o secretário de Estado da Emigração, dr. Macedo Varela, recebeu ontem no seu gabinete Fernando Henrique Matos Oliveira, na qualidade de professor de Português em França.
(Continua na pág. 6)

PORTE PAGO - DR - SP

Os Partidos Políticos e a Descolonização

PROFUNDA SATISFAÇÃO DO P.S.

Foi com profunda satisfação que o P.S. tomou conhecimento da histórica declaração feita hoje ao País pelo Presidente da República, general António de Spínola, em que, formal e solenemente, se reconhece, em nome de Portugal, o direito dos povos das colónias à independência.

Esse anúncio representa a concretização de uma política de verdadeira

descolonização, pela qual o P.S. sempre se bateu, desde os tempos da clandestinidade, tendo muitos dos seus militantes sofrido prisões, exílios e deportações, por virtude das suas posições radicalmente anticolonialistas.

O P.S. sempre proclamou — e isso consta do seu programa, aprovado na clandestinidade — que existia uma solidariedade objetiva entre a luta dos povos africanos pela sua libertação e independência e a luta do Povo Por-

tuguês pela sua liberdade.

O P.S. sempre se bateu pelo direito à independência dos povos das colónias portuguesas.

A declaração de hoje representa a lógica e natural consequência da revolução gloriosa do 25 de Abril, tal como foi definida no Programa do M.F.A... Só agora — com o reconhecimento do direito à independência da Guiné-Bissau, de Moçambique e de Angola — ficam criadas condições efetivas para a consolidação da democracia em Portugal, dado que um povo que oprime outros povos não pode nunca ser considerado um povo livre.

A declaração ao País do Presidente Spínola é assim um ato de coerência, de lucidez e de coragem, que o P.S. saudou com entusiasmo e ao qual, portanto, se associa, assumindo em reforço da posição do Presidente da República as responsabilidades que lhe incumbem no processo da descolonização.

A declaração de hoje assinalará um acontecimento histórico de enormes e felizes consequências para Portugal e para o mundo. Como tal, será entendida e apreciada nas Nações Unidas, entre os países aliados, nos países socialistas, no Terceiro Mundo e, muito especialmente, em África.

Abre a via do desbloqueamento da situação internacional portuguesa, terminando com o isolamento de Portugal e possibilita a concretização dos auxílios económicos e de cooperação técnica e financeira já prometidos, pela Europa do Mercado Comum, pelos países árabes e pelos países socialistas. O fim da guerra e a descolonização criará assim condições para o desenvolvimento acelerado da economia portuguesa e para a criação de um clima de paz entre todos os portugueses.

O Presidente António de Spínola na sua histórica declaração, dirigiu uma palavra de encorajamento e de tranquilidade às populações portuguesas que vivem e trabalham nas nossas colónias.

O P.S. sempre proclamou que o melhor caminho de defender os legítimos interesses dos portugueses e de Portugal consiste em cooperar com os movimentos de libertação encontrando na paz, no diálogo, e no respeito mútuo, uma solução harmoniosa para assegurar a transferência da soberania, salvaguardando todos os interesses legítimos em presença. Da parte dos dirigentes dos movimentos de libertação sempre encontrou o P.S. a melhor compreensão para este ponto. Samora Machel proclamou no encontro de Lusaka que salvo o direito à independência, que havia de se entender como indiscutível, tudo o mais era susceptível de negociação.

Agora que Portugal, pela voz autorizada do Presidente da República e em uníssono com o M.F.A. que criou as condições da histórica viragem, reconhece sem ambigüidades o direito à independência das nossas antigas colónias, que classifica e muito bem como novas nações, fica aberto o caminho para uma cooperação extraordinariamente fecunda, que honra Portugal e dignificará os portugueses.

Um novo passo de consequências extraordinárias foi dado no processo revolucionário aberto em 25 de Abril de 1974.

O P.S. tem a consciência de que a política agora definida corresponde aos anseios mais profundos do Povo Português e aos verdadeiros interesses de Portugal.

O P.P.D. AO LADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O País acaba de viver um dos momentos mais elevados da sua força histórica por intermédio da comunicação do Presidente da República, de ontem.

O Partido Popular Democrático vê nesta comunicação, não só a etapa decisiva para uma autêntica e real descolonização, mas também a via política única para que os povos das nossas colónias e Portugal possam desenvolver-se na liberdade, na igualdade e na justiça.

Estes foram desde sempre os princípios fundamentais que o Partido Popular Democrático e os seus mais responsáveis defenderam.

Mas se esta data histórica terá que ser vivida com a maior alegria, decisão e coragem, também não poderá esquecer-se que a capacidade criadora do nosso povo, com comunhão total com a dos povos africanos da Guiné, Angola e Moçambique, deverá ser sempre uma constante para que a liberdade, a igualdade e a justiça permaneçam de verdade na base da independência que todos desejamos.

Assim o Partido Popular Democrático estará incondicionalmente, nesta hora decisiva, ao lado do Presidente da República e do Governo.

APOIO TOTAL DO P.C.P.

A declaração solene feita hoje pelo Presidente da República, general António de Spínola, sobre o reconhecimento do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português, reveste-se de grande alcance histórico, é um novo marco na vida da Nação Portuguesa, uma decisão profundamente patriótica e de transcendente significado nacional e internacional.

A guerra colonial vai finalmente acabar. Muito embora a solução definitiva do problema colonial seja ainda difícil

e complexa, os soldados portugueses, forçados pelo regime fascista derrubado no 25 de Abril a participar numa guerra injusta, poderão começar a regressar ao País. A sangria das riquezas nacionais para custear o prosseguimento da guerra será estancada. Os povos irmãos das colónias alcançarão a sua liberdade e irão construir livremente as suas pátrias.

O reconhecimento do direito dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola à independência em nada se opõe aos interesses do povo e da Nação Portuguesa, antes pelo contrário, serve esses interesses e é uma condição fundamental para a verdadeira independência do nosso País.

Os comunistas portugueses, que sempre defenderam o direito à independência dos povos irmãos das colónias e que por isso foram cruelmente perseguidos pela ditadura fascista, sentem neste momento uma profunda alegria ao verem finalmente reconhecido como política oficial do Estado Português um dos objetivos por que lutaram abnegadamente.

O Partido Comunista Português afirma o seu decidido apoio ao Presidente da República, ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório para darem realização concreta a esta histórica decisão.

O Partido Comunista Português exorta os comunistas, a classe operária e as massas populares a expressarem em poderosas manifestações o seu regozijo e o seu apoio à decisão de reconhecer o direito à independência dos povos das colónias.

O direito dos povos das colónias à independência, agora reconhecido e o fim da guerra nas colónias é uma vitória comum do Povo Português e dos povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

Também a Comissão Executiva da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, distribuiu um comunicado em que se afirma:

«Nesta hora de grande alcance histórico nós, comunistas, que sempre estivemos na vanguarda das poderosas lutas anticolonialistas dos estudantes portugueses, estamos certos de interpretar os sentimentos das mais amplas massas estudantis, manifestando o nosso profundo regozijo pela decisão tomada e o nosso apoio ao Presidente da República e ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório na rápida concretização das medidas hoje solenemente anunciadas.»

No final, a U.E.C. exorta os estudantes e juntarem-se ao Povo Português nas manifestações de satisfação.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE

(Concl. da pág. anterior)

tica caracterizada pela carência de autenticidade tenham conduzido a posições de irreconciliação, que estão na base do ambiente de desconfiança criado. Houve, portanto, que atentar nas características específicas do actual contexto sociopolítico e que acelerar o início do processo formal de descolonização, embora sem prejuízo do seu natural processamento no plano prático das nossas responsabilidades de apoio técnico, económico, financeiro e cultural. Temos de reconhecer que, em tal clima, outra solução mais ortodoxa e formalista poderia ser considerada atitude paternalista e contraditória dos princípios que propugnamos. Os povos africanos, como muitas vezes afirmel, são perfeitamente capazes de, por si sós, se institucionalizarem politicamente e de defenderem a sua própria liberdade. E, nesta linha política, impõe-se-nos, coerentemente, remover a última barreira: o enquadramento legal da descolonização.

«ACTO DE FELICIDADE AO DIREITO DAS GENTES»

«A lei constitucional, n.º 7/74, decretada pelo Conselho de Estado, e ontem promulgada, cria o quadro de legitimidade constitucional necessário para que se de imediato inicie ao processo de descolonização do ultramar português. Assim, e na mais perfeita coerência com a linha de acção do meu governo na Guiné, chegou o momento de o Presidente da República reiterar solenemente o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses a autodeterminação incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência.»

«Precisamos melhor, para que não restem dúvidas sobre a importância do momento e a clareza de quanto afirmamos, quer esta declaração significar que estamos prontos, a partir de agora, para iniciar o processo de transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidos aptas para o efeito, nomeadamente a Guiné, Angola e Moçambique.»

«Estamos, assim, e desde este instante, abertos a todas as iniciativas para o começo dos trabalhos de planificação, programação e execução do processo de descolonização, com a aceitação desde já do direito à independência política, a proclamar em termos e datas a acordar.»

«Será uma tarefa complexa, e certo, mas será também uma tarefa que cumpraremos com a coragem de quem não foge à responsabilidade assumida e ao respeito pela justiça. Podemos assim ficar no Mundo de cabeça erguida; pois que ao praticarmos este acto de fidelidade ao reconhecimento do direito das gentes, catibramos ainda a mais difícil das vitórias: a vitória sobre nos próprios, sobre os nossos erros, sobre as nossas contradições.»

«CESSARAM AS RAZÕES DOS COMBATES»

«E, pois, este o momento histórico por que, o País, os territórios africanos e o mundo ansiavam: a paz na África Portuguesa, finalmente alcançada na justiça e na liberdade. Porque neste momento cessaram as razões dos combates, as forças de um lado e outro poderão dar-se as mãos como camaradas de armas de nações irmãs do mundo lusitano. A essas novas nações, a nascer de Portugal, cuja vocação foi a de dar mundos ao Mundo, cabe-nos desejar que tudo façam para que o seu sonho se não desencante, e a liberdade, a democracia, a multirracialidade e o progresso social por que anseiam sejam uma realidade e não apenas uma motivação explorada por terceiros. Que saibam distinguir o Povo Português do regime que o dominou durante meio século; que a justiça por que lutaram se reforce na dupla responsabilidade que assumem.»

«Portugal não enjeitará, em relação a esses novos países, as suas responsabilidades; dar-lhes-emos, na medida das nossas posses, todo o apoio de que carecerem. Portugal continuará sendo, para todo o cidadão dessas jovens nações, uma segunda Pátria, como o é já para qualquer cidadão brasileiro. Em troca, esperamos apenas continuar unidos por essa convivência sem preconceitos que faz de cada português um cidadão do mundo e pela língua em que sempre nos entendemos. Podemos sentir-nos legitimamente orgulhosos de que a sociedade internacional se enriqueça com povos livres e dignos que se afirmem, vivam, sintam e queiram à sua maneira, mas que se expressem em língua portuguesa.»

«E se o momento em que o anunciamos não deixa de ter o sabor nostálgico de um princípio de separação, não poderemos esquecer que damos o mais importante dos passos ao encontro dos nossos próprios interesses, pois a solução da questão ultramarina permitirá que se devolva às tarefas da paz e do progresso todo esse caudal de potencialidades consumidas ao longo de treze anos de uma guerra sem finalidade. Esse passo é dado na altura própria; adia-lo, seria flagrante negação de nós mesmos. Não foi fácil, porém, conservar a independência de espírito que presidiu a esta decisão. Foi preciso enfrentar corajosamente as críticas dos apressados manipuladores da opinião; e às conveniências de certos oportunistas teve de opôr-se, não sem dificuldade, a clara consciência da justiça e da responsabilidade perante quantos se nos confiaram, combatendo e morrendo por outra idealização do futuro.»

«REENTRAMOS NO MUNDO»

«A quantos sonharam, honestamente, com uma África lusa, dirijo uma palavra de confiança nas novas perspectivas que se abrem, e de tranquilidade quanto à segurança da vida que construiremos na terra a que também chamam sua. Nada terão de recear, pois consideramo-nos em posição de poder confortá-los com a certeza de que as autoridades dos novos países honrarão o sentido da justiça decorrente do seu estatuto de nações plurirraciais de expressão portuguesa.»

«Desejo expressar à Nação a mais profunda esperança nos horizontes que agora se nos abrem. Reentramos no Mundo após um ostracismo de mais de uma década. Reentramos com o orgulho de quem soube honrar uma tradição histórica e reintegrar-se na sociedade das nações. Possibilitamos, enfim, o quadro de pleno desenvolvimento dessa vasta comunidade espiritual e humana, a que Gilberto Freyre chamou «O Mundo que o português criou.»

«Saiba o Povo Português colher deste facto a lição que encerra. Sem alardes de comício; sem esse aviltamento da condição humana que decorre da agressão psicológica; sem manifestações degradantes da consciência, cívica através das quais o homem responsável se anula perante a multidão, cumprimos no momento próprio a nossa palavra, prossequindo firmemente nas realizações que hão-de conduzir Portugal à democracia e à liberdade consistentemente praticadas.»

«Termino, formulando a todos os povos de expressão portuguesa os votos fraternos de um rápido e harmonioso desenvolvimento na paz. Que a língua comum que falamos e quanto de bom houve em cinco séculos de convivência sejam a garantia de que se manterão, ao longo do tempo, os laços da amizade que lhes não negaremos. E que cultivem, sem prejuízo de individualidade própria, os traços tão profundamente humanos dessa maneira lusitana de estar no Mundo, que constitui a verdadeira essência do povo que nos orgulhamos de ser.»

«Finalmente, que nesta hora grande da História da Pátria, as nossas comuns esperanças de paz, de justiça social e de progresso continuem a ser o firme sustentáculo da nossa luta e da nossa fé num mundo melhor.»

«Viva Portugal.»

27 DE JULHO: UMA DATA NA HISTÓRIA DO MUNDO

«Nós não lutamos contra Portugal, nós não o confundimos nunca com o colonialismo português... O que queremos é conquistar a nossa independência nacional e desenvolver relações com todo o Mundo, mas estamos dispostos a conceder prioridade ao Povo Português, porque falamos a Língua Portuguesa, porque há entre nós laços históricos.»

AMILCAR CABRAL

Há muitos anos, durante, pelo menos, toda uma geração, que neste País se não ouvia um dirigente interpretar tão claramente, tão inequivocamente, um dos mais profundos anseios do Povo Português, como o fez o Presidente Spínola, no sábado, ao anunciar à Nação que em breve terá a paz, que em breve será libertada do peso de uma guerra que lhe foi imposta por interesses que nunca foram os seus, e que para os seus filhos, doravante, não mais existirá a ameaça sombria de uma morte inútil e estúpida, numa criminosa guerra a que o colonialismo, aliado e executor dos mais ambiciosos desígnios do imperialismo internacional, os obrigou ao longo de mais de uma década.

Mas as palavras do general António de Spínola não tiveram apenas significado no âmbito restrito de Portugal, nem, sequer, no quadro bem mais vasto do nascimento de mais três nações de Língua Portuguesa, revestindo-se de dimensões que lhes dão um carácter universal, que terão repercussões em todos os sectores da política africana e, consequentemente, em todas as esferas da política internacional. Pode mesmo dizer-se que, efectivamente, três meses após a gloriosa revolução do 25 de Abril, de tão grande importância para a História de Portugal, o 27 de Julho surgiu como uma data na História do Mundo.

Com efeito, a independência da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, representando um golpe fatal nos últimos vestígios do colonialismo que ainda persistem no continente africano, não poderá deixar de ter as mais profundas repercussões no sistema de relações entre os países da África, região do Mundo onde, tirando vantagem do sangue generoso da juventude portuguesa, sacrificada para servir causas a que era alheia, se foram implantando os mais variados e inconfessados interesses, especialmente aqueles de que os africanos nunca nada de bom teriam a esperar.

Serão considerações desta ordem, certamente, aquelas pelas quais os países da África vão passar a orientar a sua acção, como deverão também ser elas, naturalmente, a razão de-

terminante das futuras relações que irão desenvolver-se, com base no mais absoluto e indispensável respeito pela soberania que impediu sempre Portugal livre e as três novas nações de língua portuguesa — Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. E tanto mais que entre portugueses, guineus, angolanos e moçambicanos a única barreira que impediu sempre o bom entendimento foi o colonialismo, porque entendeu enveredar um regime que, longe de alguma vez ter sido o legítimo representante do Povo Português, foi sempre, pelo contrário, uma obsoleta forma de algarquia, enfeudada a interesses imperialistas, e cujas migalhas se ia ingnomiosamente alimentando. E o próprio Agostinho Neto o disse, um dia:

«O mesmo sistema que oprime e explora o compondes em Portugal é também o que oprime e explora o cidadão angolano, utilizando motivações diferentes, técnicas diferentes, mas sempre com o mesmo propósito — explorar. E entre o homem português e o homem angolano, moçambicano ou guineense, é possível o estabelecimento de relações justas, isto é, de relações que impeçam

(Cont. na pág. 3)

MULTIDÃO SAI AS RUAS EM REGOSIJO PELO FIM DAS GUERRAS COLONIAIS

O júbilo provocado pelo fim das guerras coloniais e pela concessão da independência aos povos da Guiné, Angola e Moçambique, levou às ruas de Lisboa cerca de 20 mil pessoas que reafirmaram, inequívoca e entusiasticamente o apoio ao Presidente da República, ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo Provisório.

Do que significaram estas manifestações, publicamos a seguir parte de uma reportagem de «O Século», de Lisboa, do dia 30 de julho p.p.:

Correspondendo à exortação dos três partidos da coligação — comunista, socialista e popular democrático —, a massa humana concentrou-se na Praça do Império, em frente ao Palácio de Belém, a partir das 19 horas. Dezenas de cartazes e inúmeras bandeiras eram empunhadas pelos manifestantes, que não se cansavam de vitorejar o Movimento das Forças Armadas, o Presidente da República e o Governo Provisório.

Assim podiam ver-se cartazes de E. D. E., do Movimento Democrático das Mulheres, dos Ferroviários, do Partido Comunista Português, do Partido Socialista, dos empregados de escritório, todos com inscrições de apoio à descolonização e à independência.

Entre outros cartazes salientavam-se os que propunham a «aliança do povo português com os povos das colónias», e de um grupo de mães que manifestavam o seu reconhecimento e o que lhes deu por inscrição, «a guerra acabou, o futuro começou».

Também se verificava a presença de pessoas ligadas ao Movimento Nacional de Divórcio, empunhando cartazes.

Enquanto se aguardava, a todo o momento, que surgisse nos jardins do jardim, o general Spínola, as canções cantavam-se umas às outras, bem como gritos de «Unidade» e vivas ao Movimento das Forças Armadas.

Entretanto, no jardim, um verdadeiro enxame de repórteres da imprensa, rádio e televisão registrava o acontecimento, esperando ao mesmo tempo o Presidente de República surgisse.

Pouco antes das 20 horas acercaram-se do varandim sobranceiro à Praça do Império quase todos os membros do governo.

Os jornalistas notaram, particularmente, a falta dos ministros Alvaro Cunhal e Melo Antunes.

De todos os governantes aquele que pediu a alã onde os repórteres se encontravam foi Mário Soares, enquanto a maior parte se afastou algumas dezenas de metros dos representantes dos meios da Informação.

Alguns viam a sua acção de certo modo dificultada, embora sem azedumes, por parte da força de pára-quadristas desta-

cada no local, em missão de segurança. No entanto, e apesar do afastamento dos ministros os jornalistas ainda puderam trocar ligeiras impressões com alguns deles.

Mário Soares facilitou mais a missão dos jornalistas. Afável e sem pretender impor a sua presença, não escondia a grande alegria que naqueles momentos o invadia, declarando a propósito: «Foi uma viragem histórica do nosso País».

Representantes dos três partidos entregaram uma mensagem ao Presidente da República:

«Esta grande manifestação interpreta, estamos seguros, os sentimentos de regozijo e de alegria do povo português ante a histórica declaração feita por V. Ex. sobre o reconhecimento do direito à independência dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique».

«Nesta hora de júbilo na vida da Nação Portuguesa não podemos deixar de lembrar e homenagear de novo o Movimento das Forças Armadas que com a vitória de 25 de abril, abriu o caminho a um Portugal verdadeiramente livre, pacífico e independente».

«Certos de traduzir a vontade dos participantes desta manifestação, bem como de todos aqueles que estão a ter lugar em vários pontos do País, expressamos o nosso firme apoio a V. Ex.a, Chefe supremo do Estado Português, e, permitimo-nos pedir-lhe que este seja extensivo ao chefe do E. M. General das Forças Armadas, general Costa Gomes, e ao Primeiro-Ministro coronel Vasco Gonçalves, e na sua pessoa ao Governo Provisório para os subsequentes e difíceis actos que irão concretizar, a partir de agora, a independência dos povos das colónias».

Também a Intersindical, através dos membros do seu secretariado, Antero Martins e Alvaro Rana, fez entrega ao general Spínola da deliberação do plenário da Intersindical reunido anteriormente e em que se manifesta o seu regozijo pela «libertação dos povos irmãos de Angola, Moçambique e Guiné».

Depois de o Presidente da República se ter retirado, milhares de pessoas seguiram em cortejo por diversas ruas da cidade.

“A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!”

—GRITARAM 100 MIL PESSOAS NO COMICIO DE APOIO AO M.F.A. E AO GOVERNO

«A reacção não passará!» — gritaram ontem cerca de cem mil pessoas, no maior comício realizado em Lisboa desde a grandiosa festa do 1.º de Maio, reafirmando, com a sua unidade, o apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório. E os cinco oradores que usaram da palavra não deixaram de acentuar a necessidade dessa unidade e desse apoio face às manobras tendentes a entrar o processo democrático em curso, assim como sublinharam a urgência de acelerar a democratização da vida portuguesa e o cumprimento do programa do M.F.A.

Os prolongados aplausos e os «vivas» à liberdade e à democracia, com que a multidão que enchia praticamente por completo o Estádio 1.º de Maio, respondeu às palavras dos oradores, significaram bem quanto o povo está empenhado na construção de uma nova sociedade neste País, finalmente livre «de uma das épocas piores da nossa existência de Nação», conforme realçou o prof. Miller Guerra, único entre os que usaram da palavra que não está vinculado a qualquer partido ou movimento político.

De certo modo, era um pouco como que a repetição do 1.º de Maio, com milhares de gargantas a gritarem palavras de ordem, milhares de braços erguidos, centenas de bandeiras, cartazes, disticos vários. E o entusiasmo que os manifestantes evidenciavam, desde o início da sua concentração, tornou-se irreprimível quando entraram no camarote principal do estádio os ministros Alvaro Cunhal, Mário Soares e Magalhães Mota e os restantes dirigentes políticos que participaram no comício.

A manifestação, aliás, principiara cerca de duas horas antes, quando, em diversos locais da cidade, se começaram a concentrar centenas milhares de pessoas, muitas ostentando cravos e lenços vermelhos ou transportando bandeiras e cartazes. Assim sucedeu na Praça Paiva Couceiro, onde se reuniram os manifestantes vindos da parte oriental de Lisboa; no Saldanha, os provenientes da margem Sul do Tejo; no Campo Pequeno onde se concentraram pessoas que se deslocaram do Ribatejo, de Sacavém, Moscavide, linha de Sintra e zona ocidental de Lisboa, no Campo Grande, as provenientes de Loures, Odivelas, Torres Vedras, bem como estudantes, membros do Movimento Democrático de Mulheres e intelectuais; e Alameda D. Afonso Henrique, local escolhido para a concentração dos sindicatos, bases socio-profissionais da C. D. E., Movimento das Juventudes Trabalhadoras, etc.

PALAVRAS DE ORDEM E CANÇÕES

Ao fim da tarde, estes numerosos grupos começaram a encaminhar-se para o estádio, numa grande manifestação de unidade em torno do M.F.A. e do Governo, gritando palavras de ordem, cantando até, fazendo drapejar ao vento as suas bandeiras (vermelhas, na esmagadora maioria), «arrastando» mesmo muitas pessoas que, porventura, não tinham antes pensado em aderir ao comício que se seguiria.

Por outro lado, pequenos grupos isolados, nomeadamente famílias completas, dirigiam-se para o estádio por outros percursos. Mas quase todos ostentavam ou um cravo ou um lenço vermelho e muitos levavam bandeiras que, mais tarde, agitariam entusiasticamente, sublinhando as palavras dos oradores. Entretanto, o estádio enchia-se e cada novo grupo de manifestante que entrava era recebido com aplausos e vivas e, sobretudo, com o grito «P.C.P.», repetido por milhares de gargantas.

Os focos de três poderosos projectores do Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa «passeavam» pelo céu que escurecia aos poucos e iluminava, de vez em quando, a multidão que não parava de engrossar, enquanto o sistema sonoro difundia canções de José Afonso (nomeadamente «Grandola») e outros autores — que acabavam, muitas vezes, por ser «abafadas» pelo coro de «vivas» ao P.C.P., à democracia, à unidade, às Forças Armadas e ao Governo ou pelos gritos «Abaixo a reacção!» bem como pelos «Avante camaradas» e «O povo unido jamais será vencido».

Adiado por meia hora para que a televisão pudesse transmiti-lo em directo, o comício iniciou-se às 22 horas, com a chegada dos Drs. Alvaro Cunhal, Mário Soares e Magalhães Mota, que presidiram colectivamente, acompanhados do prof. Miller Guerra e de José Felicidade Alves e de elementos das direcções dos Partidos Comunistas, Socialista e Popular Democrático, promotores da manifestação.

A multidão rompeu em prolongados aplausos e, a seguir, cantou, acompanhada pela banda do Barreiro, o «Avante, camarada» e «A Portuguesa», enquanto dezenas de balões verdes e vermelhos subiam no ar, iluminados, pelo holofotes. Luís Filipe Costa anunciou, então, o início do comício, enumerando ainda os diversos movimen-

tos e organismos sindicais e estudantis que deram apoio àquela iniciativa dos P. C. P. e P. S. P., secundada pela Intersindical e pelo P. P. D.

MÁRIO SOARES: «Temos perspectivas exaltantes à nossa frente»

Em mangas de camisa, descontraído, e falando de improviso, Mário Soares foi o primeiro orador da noite, começando por afirmar que bastava ver aquela extraordinária manifestação do povo democrático de Lisboa para sentir quanto estavam certos os militares que, na madrugada de 25 de Abril, derrubaram o regime.

«Estamos aqui unidos no mesmo ideal e podemos proclamar bem alto: venceremos! A reacção não passará!», disse depois, sendo então interrompido por gritos de apoio da multidão.

Referindo-se à luta pela unidade do povo, «que se exprime através da unidade dos Portugueses com o Movimento das Forças Armadas», Mário Soares sublinhou que só assim se realizaria fielmente o Programa da M. F. A., o qual resumiu em três linhas fundamentais: democratizar, descolonizar e desenvolver.

Analisando, então, o primeiro ponto, disse que teria de democratizar-se a vida portuguesa a todos os níveis para se conseguir chegar a eleições verdadeiramente livres.

No entanto, e para realizar esta obra prometida desde o 25 de Abril, «precisamos de sanear e de acabar com os fascistas na administração», disse, para afirmar a seguir que «não podemos consentir, e isso depende do povo e da sua unidade, que camaradas antifascistas possam ser ainda destituídos da função pública, enquanto fascistas continuam nos seus lugares».

Mais adiante, e após sublinhar que a unidade das forças democráticas era independente das divisões partidárias, Mário Soares passou a desenvolver o segundo ponto-base do Programa, a descolonização, dizendo que este processo tinha de ser acelerado para se conseguir, aqui, uma verdadeira democracia. E, para tal era necessário reconhecer que as guerras coloniais, «esse cancro que corroe o organismo nacional antes do 25 de Abril», ainda continuam e que urge pôr-lhes termo. Referindo que os elementos dos movimentos de libertação da Guiné, de Angola e de Moçambique reconhecem que o fascismo acabou em Portugal, mas afirmam, em contrapartida, que o colonialismo continua, Mário Soares disse que era necessário acabar com esta herança e, para tal, só acelerando as negociações que «só podem ter um termo lógico, a independência».

Mas uma independência em que sejam garantidas a cooperação futura e a defesa dos direitos legítimos dos portugueses que contribuíram com o seu esforço para a riqueza e o bem-estar dos territórios africanos, posição esta, aliás — afirmou Mário Soares —, que é partilhada pelos «nossos interlocutores dos movimentos de libertação da Guiné, Angola e Moçambique». Quanto a acusações que têm surgido sobre o facto de se querer andar «demasiado depressa» no processo de descolonização, Mário Soares lembrou quanto o colonialismo pode deteriorar o clima emocional na Metrópole e em África e apontou como exemplo os recentes acontecimentos em Luanda.

O desenvolvimento da riqueza nacional a todos os níveis foi a necessidade a seguir apontada pelo secretário-geral do Partido Socialista, que sublinhou só se conseguir esse objectivo por meio de muito trabalho e trabalho duro. Mas temos que ter a garantia, prosseguiu, de que os resultados desse trabalho não vão engordar meia dúzia de exploradores e que pelo contrário, essa riqueza seja distribuída equitativa-

te e que se atinja a verdadeira justiça social.

Referindo depois a necessidade da protecção à velhice e aos desempregados, da previdência «deixar de ser uma burla», das escolas serem abertas ao povo e de acabar com o acesso apenas de privilegiados à Universidade, de se estancar a hemorragia da emigração, etc., o orador apontou «as tarefas ingentes e gigantescas» que se nos deparam, declarando-se convicto de que, na unidade, seriam realizadas, para mudar a face do povo português.

«As Forças Armadas restituíram-nos o orgulho de sermos portugueses», afirmou noutro passo, acrescentando que os militares que fizeram o 25 de Abril são a garantia do processo revolucionário e democrático então iniciado. Referindo-se, então nos generais António de Spínola e Costa Gomes, «símbolos objectivos da unidade das Forças Armadas», Mário Soares disse ter a certeza de que o processo em que estamos empenhados irá para a frente, agora que já não estamos isolados do Mundo, tendo os portugueses dado mesmo um belo exemplo, que foi agora seguido pela Grécia, onde o fascismo acabou.

«Temos perspectivas exaltantes à nossa frente», disse no final, terminando com um apelo para a continuação da unidade, de forma a assegurar a democracia no nosso país, e a caminhada para um socialismo em liberdade.

Calorosos e prolongados aplausos sublinharam a intervenção de Mário Soares.

MILLER GUERRA: «O 25 de Abril significa a emancipação política do povo metropolitano e tem de significar infalivelmente e emancipação dos povos submetidos ao jugo colonial».

O antigo deputado Miller Guerra, que se tornou conhecido pelas posições que tomou em S. Bento — e que motivaram o seu afastamento da Assembleia Nacional — usou a seguir da palavra, dizendo nomeadamente:

«Quiseram que neste grande comício se ouvisse a voz dos que não pertencem a nenhum partido político. Tive a honra de ser designado para proferir algumas palavras, em nome dos que, não tendo filiação partidária, possuem, no entanto, um pensamento e um credo que é o da fidelidade à Pátria, à liberdade, à paz, ao estabelecimento progressivo da igualdade social. Falo em nome de quem, havendo passado longuíssimos anos mergulhado compulsivamente num mundo velho, sem horizontes e sem esperança, o vê derruir de um dia para o outro pela acção libertadora das Forças Armadas em estreita união com as aspirações mais entranhadas e firmes da Nação portuguesa».

E acrescentou:

«Não ter partido, ou não ter ainda aderido a nenhum partido, não significa desapego da vida pública, alheamento da colectividade ou indiferença pelo destino nacional. A posição de independência é difícil, porque tem de se sustentar com esforço constante de lealdade aos grandes princípios colectivos que impõem uma vigilância crítica, uma defesa intransigente da verdade e da seriedade nos processos e nos actos pessoais, em grande respeito pelas crenças e convicções alheias».

Disse noutro passo:

«Todos sabem de onde vim: de uma das épocas piores da nossa existência de Nação, na qual as perseguições à inteligência, o abastamento da cultura, a exploração dos trabalhadores da Metrópole e, sobretudo, das colónias, o isolamento voluntário do mundo, constituíram quase um programa de Governo».

O 25 de Abril significa a emancipação política do povo metropolitano e tem de significar, infalivelmente, a emancipação dos povos submetidos ao jugo colonial. É esta a grande, a descomunal, a humaníssima missão apontada pelo Movimento das Forças Armadas — foi ela a sua razão de ser, é a sua significação profunda e, quando se cumprir, será uma das mais belas páginas da História. A descolonização, a paz, a independência dos territórios coloniais, fecham o ciclo evolutivo principiado com os descobrimentos marítimos. Nos anais da tão apregoada civilização ocidental, a libertação das colónias, por vontade expressa e conse-

27 DE JULHO...

(cont. da pág. anterior)

«exploração de um homem pelo outro homem».

A luta, portanto, era comum, mesmo comum deverá ser o destino dos quatro povos. E, em vez de adversários pode ver-se, agora, desde que o Movimento das Forças Armadas arrancou a mordaca com que o fascismo abafara a voz dos que queriam falar, como os democratas de Portugal e os movimentos de libertação que combatem em África contra um regime que todos rejeitavam, foram afinal, aliados numa guerra contra um inimigo que era de todos. Por isso, é preciso que essa aliança se mantenha, que ela se transforme num processo de aceleração da História, na força capaz de contribuir eficazmente para a criação de uma sociedade mais justa em Portugal, na Guiné, em Angola e em Moçambique, para que os seus povos, unidos contra a exploração do homem pelo homem, possam contribuir decisivamente para a libertação de todos os homens.

Mas agora, mais do que nunca, a vigilância tem de ser intensa, a defesa tem de ser permanente. Porque aqueles cujos interesses ficam em perigo com a histórica decisão anunciada pelo general Spínola não farão para não perder posições, especulando com os negócios ilícitos e egoístas de alguns, jogando com as ambições ocultas de outros, procurando

transformar em ódio a incompreensão de muitos. Por isso mesmo... para o Movimento das Forças Armadas, a quem Portugal deve a possibilidade de se ter reencontrado, a quem os povos progressistas do Mundo são, desde sábado, devedores de uma acção que pode ter, se for convenientemente aproveitada, as mais extraordinárias implicações, começou agora, na verdade, a hora da grande responsabilidade, uma responsabilidade que transcende, em muito, o quadro do País que libertaram, das nações a que resolveram garantir uma justa independência, alargando-se de modo a abranger os destinos de tantos povos submetidos às mais desenfreadas e condenáveis formas de exploração. O exemplo foi magnífico, a chama do ideal que o motivou tem de manter-se ateadada, custe o que custar e pese a quem pesar.

E para aqueles que morreram nas florestas de África, para os filhos de Portugal, da Guiné, de Angola e de Moçambique, que mãos criminosas empurraram para a morte, para as mães, esposas, filhos e irmãos a cujos lares o fascismo levou a dor e o luto, a eterna gratidão dos homens que querem justiça. Porque a morte dos mártires não foi, afinal, inútil — do seu sangue rubro nasceram os cravos vermelhos que vieram trazer uma nova aurora de esperança e fraternidade.

O GENERAL HUMBERTO DELGADO FOI ASSASSINADO PELA P.I.D.E.

Sete dos dez implicados na primeira fase do processo (entre eles o director-geral Silva Pais) encontram-se detidos. Prosseguem as investigações para encontrar mais responsáveis.

Dez funcionários da P.I.D.E.-D.G.S. — sinistra polícia política que, durante 48 anos de fascismo amordaçou o Povo Português —, sete dos quais se encontram detidos, estão, desde já, ligados ao mais nefando crime político das últimas décadas da história portuguesa.

Entre os incriminados, além do agente Casimiro Monteiro, que puxou o gatilho da pistola, contam-se o director-geral, Silva Pais, Agostinho Barbieri Cardoso e António Rosa Casaco, o primeiro e estes dois últimos em liberdade no estrangeiro.

Segundo a nota que a Polícia Judiciária ontem distribuiu, foi com vários tiros de pistola que o «píde» Casimiro Monteiro assassinou o general Humberto Delgado e sua secretária. O crime ocorreu, no dia 13 de Fevereiro de 1965, nas cercanias de Olivença, em Espanha, depois do agente Ernesto Lopes Ramos, usando falsa identidade, ter atraído à cidade o «general sem medo».

Os cadáveres foram transportados para próximo de Vila Nueva del Fresno e aí abandonados, depois de regados com ácido e cobertos de cal.

Estão presos, à ordem das Forças Armadas, sete dos dez implicados na primeira fase do processo-crime que a Polícia Judiciária ontem entregou aos Serviços Judiciais Militares, através da comissão de extinção da D.G.S.-L.P., prosseguindo o competente processo para apuramento das responsabilidades de outros presumíveis implicados.

Aquele processo-crime foi elaborado contra Teles Jordão Monteiro, Agostinho Silero Tienza, António Rosa Casaco, Ernesto Lopes Ramos, Fernando Eduardo da Silva Pais, Agostinho Barbieri Cardoso, Alvaro Augusto das Neves Pereira de Carvalho, Eduardo de Sousa Miguel da Silva, Carlos Lopes Veloso e António Gonçalves Semedo, todos-empregados da ex-P.I.D.E.-D.G.S., iniciados autor, cúmplices e encobridores de duplo crime de homicídio nas pessoas do general Humberto Delgado e de Arajarir Moreira de Campos, sua secretária.

Ernesto Lopes Ramos, já depois de ser agente da P.I.D.E., formou-se em direito e seguiu para Moçambique, onde exerceu a profissão forense, Carlos Lopes Veloso era um médico com consultório no Unhado, prestando também serviços cénicos numa associação sanitária e desde na tempo preso em Caxias por se ter apurado pertencer aos quadros da PIDE.

COMEÇARAM POR «QUEIMAR» POLITICAMENTE O GENERAL

De acordo com a nota que a Polícia Judiciária distribuiu, o desrecho criminoso foi antecedido de «consciente e cuidadosa preparação da liquidação política do general, iniciada a partir de 1962, com a intervenção de personalidades enigradas, estreitamente ligadas à P.I.D.E. e que, arduamente, conceberam um plano de que resultaria a retirada do general com os seus companheiros no exílio.

Uma vez conseguida a desunião — diz-se no referido documento —, foi-lhes fácil oferecer, a Humberto Delgado a possibilidade de frutuosa contactos políticos, «tão imaginosos quanto os autores daquele plano, tão irruentes quanto as personalidades de «oposição» ao regime de Salazar por que se faziam passar».

Na sequência daquele plano, o arguido Ernesto Lopes Ramos, usando a falsa identidade de Ernesto Castro e Sousa, logrou encontrar-se, em Paris, com o general Humberto Delgado, por altura do Natal de 1964. Daquele e de outros contactos hávies, resultou a «marcação» de um novo encontro, que viria a concretizar-se no fatídico dia 13 de Fevereiro de 1965, na cidade de Badajoz, acrescenta a P. J.

Foi nesta última cidade espanhola que, segundo os investigadores, o Ernesto Lopes Ramos, inovou o encontro do general, o conseguiu atrair até junto dos seus companheiros, nas proximidades da fronteira portuguesa, que transpuseram em São Leonardo, fazendo-se deslocar em dois automóveis de matrícula falsa, um «Opel» e um «Renault Caravelles», em que se transportavam Agostinho Tienza, Casimiro Monteiro e Rosa Casaco.

Já nas cercanias de Olivença, conclui a nota da P.J., o Casimiro Monteiro disparou sobre o «General sem Medo» vários tiros de pistola, que o atingiram mortalmente, tendo também a sua morte a secretária Arajarir, incógnita testemunha do repugnante acontecimento.

A seguir, os cadáveres foram transportados para local situado próximo de Vila Nueva del Fresno e aí abandonados, depois de regados com ácido e cobertos com cal.

Depois de terem pernitoado em Espanha, os carrascos do general e da sua secretária regressaram a Portugal, no dia seguinte, onde narraram pormenorizadamente o facto aos seus co-arguidos e superiores hierárquicos Silva Pais,

Barbieri Cardoso e Pereira de Carvalho, os quais decidiram calar definitivamente o crime.

OS AUTOMÓVEIS FORAM DESTRUÍDOS PERTO DO LOCAL ONDE SE REGISTRARA UM CRIME

Entretanto, era ordenada a destruição metódica e pausada dos automóveis, propriedade de Ernesto Ramos e de Agostinho Tienza, que foram indemnizados pela própria P.I.D.E., numa casa situada a poucos metros da estrada de Sintra, na Quinta do Ripanço, em Rio de Mouro, procedendo-se à sua inutilização com o auxílio de um maçarico oxiacetilénico.

O «Diário de Notícias» esteve ontem neste último local e, de acordo com o que conseguimos apurar a quinta em questão designa-se localmente, por Quinta Doce Ripanço. Na altura do desmantelamento dos dois veículos, pertencendo ao despachante de aliança Octávio da Cunha Ferreira, tendo depois da sua morte sido adquirida a viúva, pelo sr. José Luís Prazeres, que ali esta instalação, como marchante.

Ainda na intenção de apagar os vestígios do crime, foram falsificados os registos de propriedade automóvel, e os próprios contratos de compra e venda arquivados no «stands» vendedor. Os nomes de Agostinho Tienza e de Ernesto Ramos desapareceram, assim, dos livros de registro e dos documentos em que estavam inscritos.

PARA O CATALOGO DOS CRIMES DA PIDE

Adianta ainda a comunicação da Polícia Judiciária que ao António Gonçalves Semedo, que chefiava o posto da P.I.D.E. de São Leonardo, foram dadas instruções para referir em tribunal, quando da sua audição pelas autoridades espanholas encarregadas da investigação, «não conhecer os ocupantes dos automóveis que passaram por aquela fronteira».

Dos 10 arguidos, falta apenas deter Casimiro Teles Jordão Monteiro, António Rosa Casaco e Agostinho Barbieri Cardoso. O primeiro, que disparou os tiros, encontrava-se a prestar serviço em Moçambique no dia 25 de Abril.

O Serviço de Coordenação da Extinção da P.I.D.E.-D.G.S. e L.P. afirma, depois, pretender «promover a remessa a tribunal de todos os processos, devidamente instruídos, no mais curto espaço de tempo, para que, sem demora, as instâncias judiciais competentes se pronunciem sobre eles, dando-lhes o devido destino».

«Na verdade — prossegue o documento —, muito embora em processo criminal militar não existam prazos limites para prisão sem culpa formada, contraria frontalmente o espírito do programa do movimento das Forças Armadas o facto de estarem detidos indivíduos sem que a remessa dos autos a Juízo se faça tão depressa quanto possível. Bem conhecidas são as arbitrariedades que, nesse sector, se cometeram durante o anterior regime. A equidade dos meios disponíveis neste momento torna, porém, problemática uma solução urgente da fase instrutória dos processos».

Finalmente, o comunicado refere-se à recente intensificação do desmantelamento das redes de colaboradores das extintas P.I.D.E.-D.G.S. e L.P., nos seguintes termos:

«Otimamente procedeu-se a detenção de diversos indivíduos sobre quem recaem fortes indícios de participação em actividades criminosas das extintas P.I.D.E.-D.G.S. e L.P., estando pendentes os respectivos processos. Essa também em curso o levantamento das redes de informadores daquelas organizações, prevendo-se, para breve, a publicação de um comunicado sobre o assunto».

O serviço de Coordenação da Extinção da P.I.D.E.-D.G.S. e L.P. desenrola, por outro lado, intensa actividade no sentido de serem enviados a tribunal, ainda antes do início das férias judiciais, alguns processos sobre crimes cometidos pela antiga polícia política.

Segundo fontes bem informadas, um desses processos será aquele que, presentemente, está a ser instruído pela Polícia Judiciária sobre o assassinio do general Humberto Delgado.

A actividade do Serviço de Coordenação da Extinção da P.I.D.E.-D.G.S. e L.P. que, até agora, era orientada pelo almirante Rosa Coutinho, seu presidente, passa, interinamente, ser dirigida pelo comandante Conceição e Silva, durante o impedimento daquele oficial general, nomeado presidente da Junta Militar que irá governar Angola.

(do jornal «O Século», Lisboa, 25-7-74)

COMO FOI O ASSASSINIO DE DELGADO

Por sua vez, também «A Capital», de Lisboa, do dia 1.º de agosto, trata de forma elucidativa sobre a assassinio do general, através de uma reportagem que transcrevemos a seguir considerado o seu excepcional interesse: . . .

«Um português e um italiano residentes no estrangeiro estão implicados, juntamente com dez ex-pídes cujos nomes foram divulgados num comunicado da Polícia Judiciária, no assassinio



Uma das últimas fotos do general Humberto Delgado

do general Humberto Delgado e da sua secretária, Arajarir Moreira de Campos», revelou esta manhã, ao jornal «A Capital», uma fonte de informação digna de todo o crédito. Entretanto, podemos adiantar que o processo-crime tem cinco volumes e doze apensos com documentação.

O cidadão português implicado reside em Roma. Segundo fonte oficial, «poderá vir a ser aberto processo contra aquele indivíduo na capital italiana». Tudo leva a crer que o cidadão italiano é um tal dr. Bisogno, uma personagem misteriosa no caso de Humberto Delgado, tanto mais que era conhecida a sua filiação política de extrema-direita. Não restam dúvidas de que a armadilha preparada a Humberto começou a ser «tecida» em Roma, altura em que as referidas personagens devem ter actuado.

De acordo com notícias chegadas de Lourenço Marques, o ex-píde que disparou sobre o general Humberto Delgado foi visto na vizinha República da África do Sul. Trata-se, conforme foi divulgado, de Casimiro Teles Jordão Monteiro — cuja fotografia publicamos hoje em exclusivo —, que estava colocado em Moçambique. Procurando prever a situação do famigerado agente, o nosso jornal contactou esta manhã com a Embaixada da República da África do Sul, no sentido de averiguar se existe algum tratado de extradição entre aquele país e Portugal. «Não existe nem nunca existiu», afirmaram.

Casimiro Monteiro deslocou-se a Espanha na companhia de Agostinho Tienza e Rosa Casaco. Já ali se encontrava Ernesto Lopes Ramos, aquele que sob o nome falso de Ernesto Castro e Sousa atraiu o general à cidade. Salienta-se que Agostinho Tienza era

um agente com «boa» folha de serviço. De tal forma que veio a ser condecorado pelo ex-presidente Américo Tomás em cerimónia pública, conforme documenta a gravura que inserimos.

ARFIRMAÇÕES FANTASIOSAS

Entretanto, um investigador considerou fantasiosas as afirmações confiadas a uma revista italiana por um ex-agente secreto espanhol, Manuel Gonzalez Mata, que «conhecia bem Delgado e o mundo da oposição ibérica em Argel, Roma e Paris».

O referido ex-agente ofereceu uma nova versão da morte de Humberto Delgado e da sua secretária. O Governo espanhol teria recorrido a ele para refutar a acusação de cumplicidade no assassinio. A propósito do ex-agente secreto espanhol, a nossa fonte de informação comentou:

— Consta que teve ligações com Manuel Rio em Paris ou, pelo menos, era seu conhecido.

Posteriormente uma fonte de informação oficial afirmou que Manuel Rio não era agente ou informador da PIDE Mas, acrescentou: «o seu aventureirismo levava-o a ter algumas ligações».

Depois de relatar detalhadamente muitos dos passos do general Delgado em Paris, Roma e Argel — incluindo o seu internamento numa clínica de Praga e uma operação posterior feita pelo professor Valdini, a pedido de Mário Carvalho, representante de Delgado em Roma — o ex-agente secreto disse:

— A armadilha foi preparada em Roma mas a sua concretização começou em Paris. Delgado convocou a Paris todos os dirigentes da Oposição por-

tuguesa, entre eles, Cerqueira, que exercia as suas funções em Rabat;

Manuel mata acrescentou: «... Além das duas reuniões no Hotel Saint Martin, Delgado realizou ainda outras no Hotel Etats Unis, em que participaram Carvalho, Bisogno e duas personagens misteriosas, uma das quais chegara expressamente de Portugal. O meu trabalho começou justamente em Paris».

Quem eram as duas personagens misteriosas?

— Há sete anos que se sabia oficialmente que um deles, Castro e Sousa, era um advogado de Lisboa. Mas de Portugal insistiam que não havia nenhum advogado em Lisboa com esse nome. Seria um nome falso? Certamente. Ajudado por colegas dos Serviços Secretos Franceses, descobri a verdadeira identidade daquele homem. Foi a primeira prova de documentação que atirámos à cara dos portugueses; era na realidade Eduardo da Silva, chefe da PIDE. Descobri-o de uma maneira muito simples, através do controle de cartões de embarque de voo Lisboa-Paris, no aeroporto de Orly.

O agente espanhol falava em Eduardo da Silva. Recordo-se que o ex-director da PIDE se chama exactamente Eduardo da Silva Pais. Mas mais adiante aquele agente produz outra revelação relacionada com o tal Eduardo da Silva.

A ESPANHOLA SABIA

A determinada altura do seu longo depoimento, o ex-agente secreto espanhol acentuou: «A Espanha sabia que Delgado se dirigia para Badajoz. O próprio Eduardo Silva (Eduardo da Silva Pais?) tinha recebido autorização do coronel B, chefe dos Serviços Informativos de Madrid, para obter licença de trânsito em solo espanhol destinada ao general. Tratava-se de um programa, dissera Silva; um encontro secreto com Delgado, que oferecia a possibilidade de uma «recuperação», pois sabia que o encontro se incluía num programa de discussões ao alto nível. Silva pedia o máximo de discreção, ao que a Espanha acedeu. No entanto, a Guarda Civil teria de ser avisada para assinalar e registrar quaisquer movimentos suspeitos, mas para não intervir. Tratava-se de um assunto de extrema importância».

UMA VERSÃO DIFERENTE

Manuel Gonzalez Mata tem muito mais para contar. Assim, eis mais uma das suas versões: «Delgado subiu para o automóvel de Eduardo Silva, partindo em direcção a Villanueva del Fresno. Ao ver a instalação radiotelefónica, que só os automóveis da Polícia possuíam, percebeu que tinha sido enganado. Ainda em território espanhol, Delgado arriscou tudo por tudo e puxando da sua pequena 6,35, feriu um dos facinorosos. O outro, que segundo a nossa reconstituição devia ser o portador do passaporte paquistanês, embora não tenhamos a certeza, agrediu-o violentamente na nuca com a coronha da pistola, fracturando-lhe uma vertebra cervical e provocando-lhe a morte. Os eficientes serviços da Polícia espanhola descobriram que o golpe tinha sido provocado pela coronha de uma pistola «Sstras», fabricada em Espanha e vendida à Polícia portuguesa. O desenrolar dos acontecimentos veio provar, mais uma vez, que o objectivo da operação não era liquidar Delgado, mas sim levá-lo para Portugal».

Após ter fornecido outros pormenores, que seria demasiado longo transcrever, o ex-agente secreto espanhol afirma: «Os agentes da PIDE viram-se de repente com Delgado morto e com uma testemunha viva — a secretária. Decidiram, portanto, prosseguir com o programa. Na manhã do dia 14 de Fevereiro, os dois automóveis atravessaram a fronteira e, como estava previsto, nem os espanhóis nem os portugueses lhe colocaram qualquer entrave na travessia. A secretária de Delgado foi interrogada na residência de João Glão, durante pelo menos três dias, sobre as actividades do seu chefe. O relatório da autópsia mencionava de três a sete dias de interrogatórios, com provas abundantes de torturas. O

(Cont. na pág. seguinte)



Silva Pais



Barbieri Cardoso



Rosa Casaco

Um friso de criminosos: o primeiro, Silva Pais, ex-director geral da ex-PIDE-DGS, já preso na Fortaleza de Peniche, onde aguarda julgamento; os outros dois ainda foragidos. Os três, juntamente com mais sete, alguns dos quais também encarcerados foram os articuladores do assassinio do general.

«O processo do General poderá desmascarar toda a maquina fascista» — declarou o dr. Abranches Ferrão

— E' advogado da familia Delgado o processo que vai entrar hoje em tribunal, não é verdade?

— Sim. O processo vai entrar hoje em tribunal. Foi, ontem, apresentado na Policia, a procuração da viuva, que se vai constituir assistente.

— Como intervém neste processo?

— Intervenho a pedido do dr. Mário Soares que solicitou a minha colaboração logo na primeira fase, a de Espanha e de Itália. Em Portugal não foi possível dar início ao processo. Saíram não o consentiu e tinha razões para isso, porque, como logo se soube, o crime fora praticado por gente da P.I.D.E.

— Anteriormente, o processo desenvolveu-se, portanto, só além-fronteiras?

— Exactamente. Em Espanha, fundamentalmente, e em Itália, porque havia dois homens, um Carvalho e um Biogno, que tiveram ligação com o processo e residiam em Roma.

— A abertura do processo foi sempre impedida. De tal maneira que, mesmo para vermos o processo em Espanha, quando soubemos que terminara a instrução e acabara o segredo de jus-

tiça, tentámos, o dr. Mário Soares e eu, ir nesse próprio dia a Badajoz. Não imagina o que aconteceu! No momento em que chegámos á fronteira, no meu carro, ali sabendo a Policia ao que iam, fez esta coisa inesperada e unica: declarou que o dr. Mário Soares podia sair a fronteira, mas eu não. Simplesmente, como era eu o proprietário do carro, se eu era impedido de atravessar a fronteira, o dr. Mário Soares não podia seguir. Foi uma manobra descarada e irritante. Quis logo ali vender o carro ao dr. Mário Soares dar-lho, mas não houve maneira nenhuma de sairmos a fronteira. Tivemos de voltar para Lisboa.

— Não fizeram outra tentativa?

— Fizemos, mas dessa vez foi pior. Da segunda vez que o dr. Mário Soares e eu quisemos ir a Badajoz foi na altura do funeral. Pensávamos aproveitar a oportunidade para ir consultar o processo, que nunca tínhamos conseguido ver com os nossos olhos. Acompanhavam-nos os drs. Raul Rego, Catinho de Meneses e Joaquim Pires de Lima. Quando chegámos á fronteira, fomos todos presos (não nos disseram

porquê) e mandados para a cadeia de Elvas. No meio da noite, fizeram-nos levantar e trouxeram-nos para Caxias uns dias (excepto o dr. Joaquim Pires de Lima, que foi solto na manhã seguinte).

UMA «CAÇADA» DE TOMAS E FRANCO

— De então para cá — continua o dr. Abranches-Ferrão — nunca mais me foi possível ver o processo até porque estive durante anos proibido de sair de Portugal. Só o dr. Mário Soares, mais tarde, quando se exilou, teve oportunidade de o ver. Em seguida organizou-se o processo em Itália, mas havia o risco de desaparecer ou ser arquivado de Espanha. Moveram-se influências. Parece que numa caçada em que participaram Américo Tomás e Franco, com os ministros da Justiça espanhol e português, houve conversas que, se não paralisaram o caso, pelo menos abrandaram muito o seu andamento. Foi nessa altura quando receávamos que o processo desaparecesse em Espanha, mercê de tais influências, que o advogado que tratava do caso em Itália teve uma ideia muito brilhante: pediu a extradição dos réus do processo da Espanha, juridicamente impossível de obter, mas que lhe permitiu receber em Itália uma certidão de todo o processo espanhol. Assim, deixamos de correr o risco de razões de ordem política levarem ao desaparecimento das provas acumuladas no processo de Badajoz.

— Por que razão foi aberto o processo em dois países?

— Em Espanha porque foi em Vila Nova del Fresno, que apareceu o cadáver e se presume ter sido cometido o crime. Em Itália, porque se encontrava naquele país, como já disse, um tal Biogno e um tal Carvalho, ambos muito suspeitos de ligação com o crime.

Em Espanha, o processo começou com grande entusiasmo. Foi nomeado um juiz especial pelo ministro da Justiça e chegou a apurar-se muita coisa. Entre os inumeros depoimentos incluiu-se o de Semedo, agente da P.I.D.E., que estava na fronteira e que deu passagem aos seis ou sete homens que vinham de Portugal, uns com os seus nomes verdadeiros outros com nomes falsos, um até com um passaporte paquistanês que tinha sido perdido na P.I.D.E. e de que havia mesmo uma declaração da Embaixada de Inglaterra a comunicar o extraviço.

em Portugal, corresponde á idéia que nós tínhamos — nós advogados e as pessoas mais próximas dos factos; agentes da P.I.D.E. inventaram através de outras ligações com o general Delgado uma reunião com officiais do Exército português que supostamente pretendiam encontrar-se com o general para a organização de um movimento revolucionário em que estariam empenhados, mas que não queriam atravessar a fronteira para que não se soubesse, pelos passaportes ou bilhetes de identidade, que eram officiais das nossas Forças Armadas. Isso era perfeitamente mentira. O general Delgado foi avisado de que provavelmente se tratava de uma cilada. Mas heroico e valente como era, quando na Argélia, ao entrar para o barco, lhe disseram: «General, tome cuidado porque isto tem todas as probabilidades de ser uma traição», respondeu: «Se tiver uma só probabilidade de o não ser, o meu dever é correr o risco».

De aí para diante, mistério.

Aquilo que se sabe de certeza é que o general que estava no Hotel Badajoz com a secretária a almoçar, foi chamado por alguém que lhe inspirava confiança para vir encontrar-se com os pretensos officiais do Exército, numa quinta situada na linha de fronteira.

Nunca mais foi visto com vida. Depois alguém, talvez o mesmo que chamou o general, foi buscar a secretária e matou-a também com um fio em volta do pescoço, dentro do automóvel.

gados da Amnistia Internacional atravessaram a fronteira apareceram os corpos. E em que condições! Perto de Vila Nueva del Fresno, a poucos metros de um carro por onde passava todos os dias um pastor. Foi ele quem viu as vítimas. E viu o quê? A cabeleira loira da brasileira, um bocado do corpo do general envolto numa manta do Alentejo, ambos mal enterrados, á superfície, com vestígios de cal nos corpos.

«PIDES»: AUTENTICOS MERCENARIOS SEM IDEIAS

— Como prevê o andamento do caso, em Portugal?

— O processo, ou segue com os seis presos e os outros serão julgados mais tarde, ou então os ausentes serão julgados juntamente á revelia. De qualquer modo, vai ser demorado, porque tentenamos apresentar muita prova. E' que este processo, no fundo, vai ser o processo de um sistema, de uma policia, de uma politica. E' com esse fim que vou intervir.

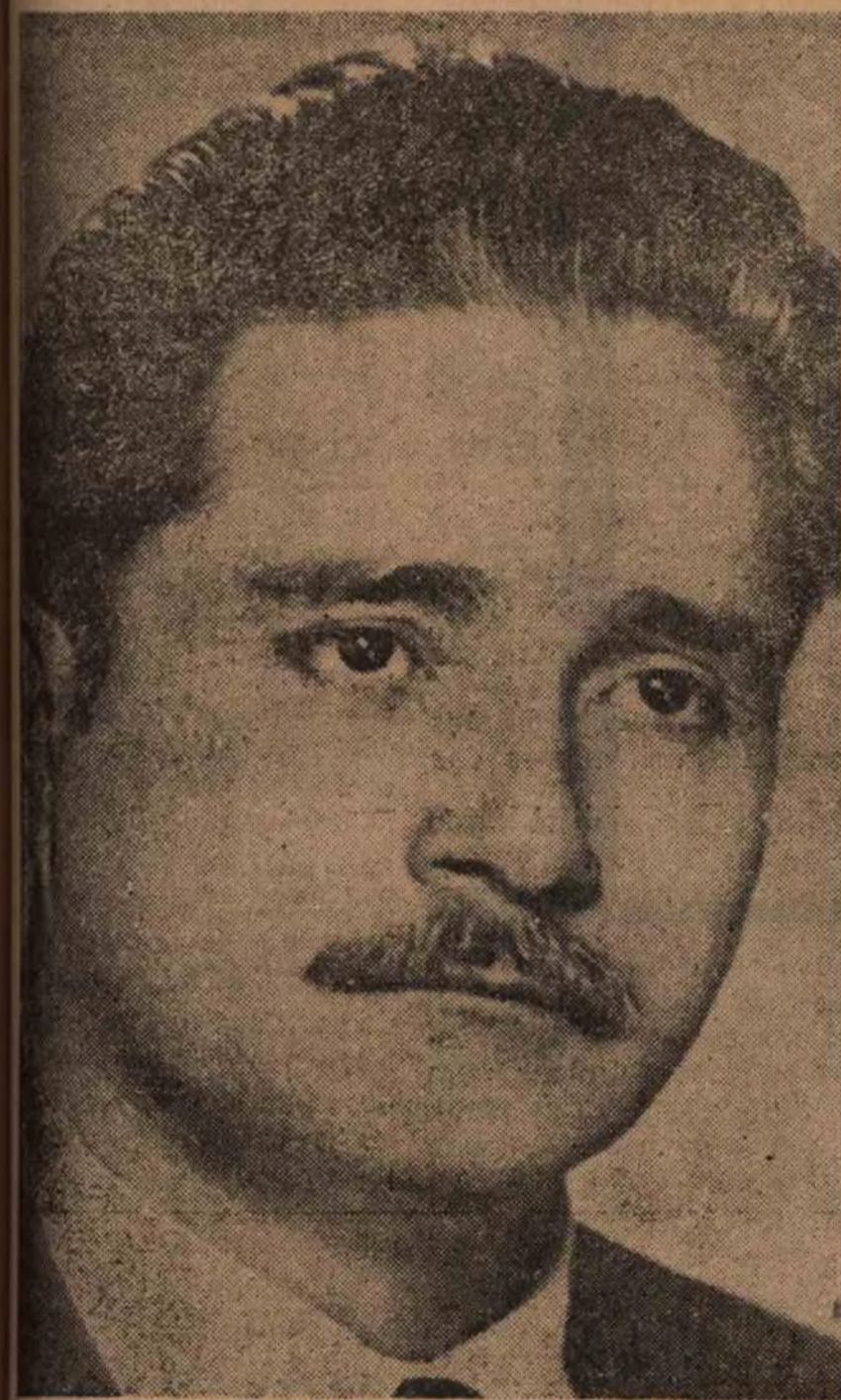
«Por um lado, tratar o processo como um advogado deve tratá-lo quando está na acusação, esforçando-se por descobrir os criminosos; por outro, desmascarar um sistema político que, durante quase meio século se serviu de uma policia deste género, que criou e aperfeiçoou carinhosamente!»

«O processo vai dar entrada hoje, dia 31, no tribunal. Durante as férias judiciais, que terminam em 30 de Setembro, pouco se passará. Só em Outubro o processo entrará em fase activa».

«Gostaria de salientar o grande trabalho, o esforço enorme que o dr. Santos Carvalho, instrutor do processo, lhe tem dedicado. Tem «vivido» o processo do general Delgado. Se se conseguiu, hoje, fazer entrar o processo no tribunal devemos-lo a ele, porque o processo estava muito embrulhado, havia provas muito difíceis de conseguir e só uma grande paciência, aliada a uma grande competência, podia, em tão pouco tempo produzir tais resultados. Realmente, só com a muita papelada encontrada na Pide teve um trabalho insano. A Pide tinha, a respeito de cada pessoa, um «dossier». Acerca do general Delgado havia um «processão», era uma coisa de todo o tamanho. Por exemplo, foi encontrado o «dossier» relativo ao caso Delgado que o dr. Mário Soares levava quando foi preso na fronteira comigo e com os nossos companheiros, o qual lhe foi apreendido e que nunca mais tínhamos visto».

— Há alguma referência ou conhecimento de que pudesse ter havido di-

PROCURA-SE



Este é o ex-agente da ex-PIDE, Casimiro Teles Jordão Monteiro, o facinora que disparou vários tiros de pistola sobre o general, assassinando-o finalmente, segundo a nota denúncia da Policia Judiciária.

O GENERAL FOI ASSASSINADO PELA P.I.D.E.

(Cont. da pág. anterior)

o corpo e o de Delgado foram em seguida levados para Espanha e sepultados a três quilómetros da fronteira».

QUATRO CORPOS

Quanto ao numero de corpos encontrados no local do crime, o ex-agente secreto espanhol disse: «Foram encontrados quatro corpos e não três. O que estava mais perto do corpo de Delgado era o da secretária. Pouco mais além um outro. O quarto encontrava-se um pouco afastado, ao pé do Guadiana. Este último era, sem duvida, de um contrabandista ou de um clandestino que tinha passado a fronteira e fora abatido pela Policia. Mas o terceiro homem, que serviu de último elemento de prova a apresentar á Policia portuguesa e de que até agora ninguém conhecia o nome, era um cidadão holandês de nome Tuimman, antigo secretário no Congo e noutros países africanos, e que, nesta altura, se encontrava á ordem dos serviços secre-

tos portugueses. Estas informações foram-nos cedidas pela Interpol, a quem recorremos. Tudo leva a crer que se tratava do homem ferido por Delgado com a sua pistola, e que, segundo a autópsia, veio a morrer um ou dois dias depois do general».

A terminar, Manuel Gonzales Mata produz uma declaração espantosa: «Dirigimo-nos três a Lisboa: o chefe da Segurança espanhola, coronel B, e seu chefe-adjunto, R.C., hoje chefe dos Serviços de Coordenação e Organização e, finalmente, o abaixo assinado, que tinha coordenado as sondagens em Paris e Roma. Fomos recebidos pelo ministro do Interior português e pelo chefe dos serviços secretos da PIDE, que não era outro senão Eduardo da Silva».

O depoimento de Manuel Mata contém muitos pontos obscuros. Poderá constituir, contudo, uma achega para o total esclarecimento da operação criminosa montada e orquestrada pela famigerada PIDE.

DELGADO ATRAIDO A UMA CILADA

O caso do general Delgado — prosseguiu o dr. Abranches-Ferrão —, tal como amanhã vai surgir no processo

O APARECIMENTO DOS CORPOS

— Quando apareceram os corpos?

— Foi a Amnistia Internacional que, alertada pelo prof. Emílio Guerreiro, amigo do general Delgado e residente em Paris, enviou três advogados estrangeiros a Portugal. Estiveram cá com o dr. Mário Soares, comigo e com outras pessoas. Alertámo-los para a impossibilidade de a Policia espanhola não saber do general Delgado, como afirmava. Ele entrou com passaporte falso, é verdade, mas a secretária trazia documentos verdadeiros. Sabia-se muito bem quem eles eram e a Policia espanhola teve sempre conhecimento de todos os seus passos a partir da sua entrada em Espanha. Inclusive, foi ao Hotel Badajoz buscar a bagagem deles, depois de terem desaparecido. Portanto, alertámo-los os advogados da Amnistia Internacional para o facto de a Policia poder ser responsável pelos desaparecimentos. Porque houve um momento em que nós supusemos que a Policia espanhola estava no segredo, numa cumplicidade com o desaparecimento. No dia em que os advo-

(Cont. na pág. 6)



Após a consumação do crime, um dos assassinos, o ex-agente Agostinho Tienza, é recebido e condenado por Américo Tomás.

O PROCESSO...

(Continuação da pág. anterior)

recta ou indirectamente qualquer intervenção de Salazar nos vários aspectos do crime e da forma como a P.I.D.E. actuou?

— Não creio que Salazar tivesse mandado matar Humberto Delgado. Creio, sim, que lhe foi agradável saber que estava morto e soube-o primeiro do que nós, tenha a certeza. Quanto à protecção dada por Salazar aos criminosos, creio que vai aparecer em assuntos muito mais pequenos, despachava com o director da P.I.D.E., sabia tudo assassínio de Delgado inclusive. De resto, a impossibilidade que tínhamos, já não digo de fazer o processo em Portugal, mas de tocar no processo em Espanha, essa impossibilidade era um obstáculo a nível governamental. Como disse, um dos fins deste processo é a desmistificação, das relações Governo-P.I.D.E. E penso que havemos de o conseguir, até com as próprias declarações dos réus que vão confessar, tudo. Estou convencido disso pela experiência que temos do comportamento dos homens da P.I.D.E. agora em Caxias, comportamento de verdadeiros mercenários sem ideal. Estou convencido de que eles vão, nos interrogatórios, denunciar-se uns aos outros e que ficaremos a saber, com todos os pormenores, como foi assassinado e general Humberto Delgado.

— Quanto tempo julga necessário para o processo ser concluído?

— O julgamento deve ser marcado talvez para Novembro e terá, pelo menos, duas dezenas de audiências, estou convencido disso.

— Trabalhará sozinho no processo?

— Penso que me rodearei de uma equipa, porque não só não posso contar com o meu querido amigo dr. Mário Soares, verdadeira alma do processo, como também porque o processo é muito vasto, tem muitas implicações. Não seria possível a uma pessoa só, mesmo em tempo inteiro trabalhá-lo sozinho.

— Tem colaboradores em mente?

— Costumo trabalhar, nos processos crime, com o dr. José Carlos Vasconcelos. E claro que ele agora está muito «preso», tem pouco tempo disponível. De qualquer modo, conto com ele e com algum outro colega escolhido por ambos.

OS PIDE AGIRAM COMO
AMADORES

No seu livro «Le Portugal Baillonné», publicado há dois anos em Paris, Mário Soares conta, no capítulo intitulado «História de um crime», que em Janeiro de 1970, os advogados espanhóis da família Delgado enviaram ao prof. Marcello Caetano, presidente do Conselho português, uma carta na qual diziam: «Na ocasião do quinto aniversário do assassinato do general Humberto Delgado, sem que nenhum processo tenha sido aberto contra os acusados em Portugal, dirigimo-nos a V. Exa para lhe pedir que ponha à disposição das autoridades judiciais espanholas as pessoas inculpadas na acta de instrução de 11 de Fevereiro de 1966, a fim de se estabelecer quem foram os autores do crime e os seus cúmplices».

O chefe de gabinete do presidente do Conselho Quezada Pastor, respondeu a esta carta, em 3 de Março do mesmo ano, dando a conhecer que, depois de efectuados todos os inquéritos, «não se descobriram elementos susceptíveis de incriminar um cidadão português».

No entanto, nessa altura, sabia-se há muito quem eram os autores do crime e o juiz de instrução do processo em Espanha, Crespo Marquez, no seguimento das investigações («insuficientes», diz Mário Soares no seu livro) levadas a cabo pela Polícia espanhola, passara actas de acusação contra os autores do crime. O próprio Mário Soares assistiu a uma reconstituição do crime, a convite do juiz Crespo Mar-

quez, algum tempo depois da descoberta dos corpos do general Humberto Delgado e da sua secretária, e conta que um dos oficiais da Polícia espanhola lhe disse então:

«Os tipos da P.I.D.E. agiram neste caso como verdadeiros amadores. Deixaram vestígios por toda a parte».

Acrescente-se que a Polícia conhecia as identidades falsas dos agentes da P.I.D.E. e até mesmo os números dos «chassis» e dos motores dos dois carros utilizados pelos assassinos.

Em «Le Portugal Baillonné», Mário Soares conta ainda que, no seguimento de uma acta de acusação contra António Gonçalves Semedo, que era na altura chefe do posto fronteiriço da P.I.D.E. em São Leonardo, foi passado contra este um mandato de captura. «Sem resultado. O Governo de Lisboa declarou que não era competente para forçar um funcionário português a apresentar-se perante a jurisdição de um país estrangeiro».

(In «Diário de Notícias», Lisboa, 31-7-74).

O GENERAL SEM MEDO QUE FEZ
TREMOR O FASCISMO

Em 1958, Humberto Delgado, «o general sem medo», como logo ficou conhecido, foi a esperança dos Portugueses. No decorrer de uma agitada campanha eleitoral, em que os partidários e correligionários do candidato da oposição conheceram a maior repressão, Humberto Delgado cometeu o «crime» de criticar asperamente o ditador Salazar e de anunciar que o demitiria imediatamente se fosse eleito, motivo, entre outros, de resto, por que se tornou o alvo n.º 1 do regime facista. Era, desde logo, o homem a neutralizar, primeiro, e a abster depois.

As «eleições» deram a vitória ao candidato proposto pela União Nacional e Humberto Delgado, entretanto exonerado das Forças Armadas por Salazar, seria forçado, em Março de 1959, a procurar o exílio no Brasil. Mas a sua coragem e o indesmentível apoio popular que recebera durante a campanha tinham abalado profundamente o regime, que logo decidiu jamais se arriscar à repetição de sufrágio universal para escolha do Presidente da República. Um colégio eleitoral, devidamente controlado pelo regime e composto pelos seus fiéis serventários, foi a «resposta legal» a toda uma população que tão abertamente manifestara a sua escolha.

Mas o golpe era tanto mais duro para o regime quanto Humberto Delgado o servira, afinal, com uma competência profissional que lhe merecia louvores, condecorações, altos cargos na função pública, nomeadamente os de adido militar e aeronáutico em Washington e de director-geral da Aeronáutica Civil.

Nascido em 15 de Maio de 1906, em S. Simão da Brogueira, Torres Novas, foi aluno do Colégio Militar e entrou para a Escola do Exército em 1922, classificando-se em 1.º lugar no curso de Artilharia. Em 1927, passaria para a aeronáutica e, dois anos depois, brilhante piloto que era, estabeleceu um «record» de voo sobre a metrópole. A partir de então, a sua carreira foi fulgurante.

Mas Humberto Delgado teve sobretudo o mérito, como outros antes dele e como os seus camaradas de armas que fizeram agora o 25 de Abril, de se aperceber que o regime que servia não correspondia aos legítimos interesses da Nação. Tentou a via legal para efectuar as transformações políticas neste país que a sua consciência lhe ditava. Sabemos os resultados. Mais tarde, e do estrangeiro, tentaria organizar um levantamento militar e civil que pusesse fim ao fascismo. Também não o conseguiu. E foi a morte que acabou por vir ao seu encontro, em terras de Espanha, para onde fora atraído pelas manobras de agentes duplos ao serviço da tenebrosa P.I.D.E.

(«Diário de Notícias», Lisboa, 31-7-74)

TELEGRAMAS

Ao novo Embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Vasco Fustcher Pereira, «PORTUGAL DEMOCRÁTICO» enviou o seguinte telegrama:

EMBAIXADOR VASCO FUSTCHER PEREIRA
ENBAIXADA DE PORTUGAL

O jornal Portugal Democrático sauda Vossa Excelência e formula votos de pleno apoio à sua missão como primeiro representante no Brasil do Portugal livre.

RESPOSTA DO EMBAIXADOR:

Jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Muito agradeço expressivo telegrama enviado por ocasião minha, chegada este país pt. Aproveito oportunidade para apresentar-lhe mais afectuosos cumprimentos pt. VASCO FUSTCHER PEREIRA
EMBAIXADOR PORTUGAL

«Portugal Democrático» e a
independência da Guiné

Quando sair esta edição do PORTUGAL DEMOCRÁTICO, provavelmente já se terá consumado o reconhecimento formal, pelo governo português, da independência da Guiné-Bissau. Segundo uma ordem normal decorrente dos diferentes estágios alcançados pela luta de libertação e do grau de complexidade dos problemas que condicionam a transferência da soberania de fato aos povos de cada um dos três territórios africanos, esse reconhecimento era desde há muito previsto como o primeiro passo concreto para a efetiva emancipação das colónias portuguesas.

Até mesmo quando a erradicação do fascismo ainda se apresentava apenas como possibilidade a longo prazo, e não era possível prever se a independência das colónias viria antes ou depois da derrubada da ditadura, já a Guiné, como elo mais frágil do sistema colonial e em face dos sucessos conseguidos pelo PAIGC nas frentes política e militar, era considerada como aquela que maiores possibilidades tinha de, em primeiro lugar, se libertar do jugo colonial.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO sauda este reconhecimento como mais um grande passo no caminho da integração de Portugal num mundo que evolui e que, contra todas as resistências e vontades em contrário, impõe progressivamente o respeito aos valores que dignificam as sociedades humanas e a própria condição humana.

Mas, para além de todo o significado social, político e histórico que possui, o reconhecimento da Guiné-Bissau representa, para Portugal Democrático, algo de muito particular que se relaciona com a posição anti-colonialista que desde o início assumiu e sempre manteve sem vacilações. Piel a essa posição sempre defendeu, sem ambiguidades, o direito dos povos da Guiné, Angola e Moçambique a independência.

Podemos afirmar que defendemos esse direito com tanta determinação e intransigência como defendemos o direito à liberdade do povo português, sempre tomando o cuidado de não cairmos em atitudes de conteúdo oportunista, como seria a de esperar que os povos das colónias tomassem sobre si o ónus de realizar aquilo que competia ao povo português, a destruição do fascismo, sabendo entretanto que o fascismo e o colonialismo estavam intimamente associados e que o fim de um pesaria determinadamente sobre a sorte do outro.

Agora, quando o processo da decolonização se aproxima decisivamente do seu termo, PORTUGAL DEMOCRÁTICO, cuja linha anti-colonialista se tornou uma de suas características mais salientes, reivindica a honra de ter contribuído, ainda que modestamente, para o êxito desse processo.

Dentro da mesma linha, e coerente com a posição que sempre sustentou, PORTUGAL DEMOCRÁTICO declara-se inteiramente de acordo com as proclamações do presidente António de Spínola e com a acção do chefe do Governo Vasco Gonçalves, que revelam a disposição de dar início à transferência do poder político aos representantes legítimos dos povos das colónias.

UM PROJETO DE EDUCAÇÃO E
CULTURA

O atual ministro da Educação e Cultura, professor Vitorino Magalhães Godinho, distribuiu à imprensa do país uma comunicação em que analisa a atual situação e problemas do ensino, define uma nova política para o seu ministério e faz um apelo aos portugueses «para que participem todos num grande projeto nacional de educação e cultura, voltado para um Portugal onde valha a pena viver».

Não nos sendo possível transcrever na íntegra o texto da comunicação, que oferece uma visão global dos problemas da educação, reproduzimos vários trechos da mesma, suficientes para darem ao leitor a medida do alcance da política preconizada. Palavras do Sr. Ministro:

«Carecemos de recursos materiais, carecemos dramaticamente de recursos humanos. Poderemos, sem dúvida, utilizar melhor esses recursos materiais de que dispomos, e convém fazê-lo,

mas convém fazê-lo com eficácia, economia de meios e concentração de esforços. Ora, a situação presente é o resultado duma transformação extremamente importante na vida nacional que conduziu a uma multiplicação de excepcional importância, porque levou todos a participarem na criação da vida nacional.

As iniciativas vieram de todos os cantos. Todavia, em resultado dessa multiplicação, os casos tornaram-se tão numerosos e diferentes que se torna hoje difícil traçar um quadro conjunto e apontar as rotas da nossa navegação.

Não podemos viver, dia a dia, da resolução do problemas minúsculos, de casos individuais, de situações locais ou de problemas sectoriais ou categoriais. Há que definir os imperativos duma política global, há que fazer prevalecer o interesse de toda a Nação sobre os interesses particulares.

«A Escola é uma associação, e uma colaboração de professores e investigadores, com estudantes e alunos e com o pessoal. Todos têm que exercer as suas funções respectivas que não devem confundir-se. Evidentemente que o estudo da organização das Escolas tem que fazer-se com a necessária rapidez, sabendo nós aproveitar a experiência de um Maio de 1968 para não sofrer as desilusões que depois vieram. Para isso há nas Escolas — não confundir o que é distinto — por um lado o pessoal docente, científico e técnico, com as suas carreiras próprias, com as suas provas específicas que dependem das comissões de especialistas, que dependerão dos seus pares e do Ministério. Haverá, por outro lado, necessariamente, a administração corrente, que deve aliviar os estudantes e professores dessas tarefas burocráticas absorventes. E há o governo geral da Escola em que os conselhos ou comissões eleitas desempenham um papel primordial comissões validamente eleitas a partir de cadernos eleitorais feitos com isenção onde, para os quais a votação se faça por escrutínio secreto, único que é democrático, e comissões onde estejam representados os vários elementos componentes da Escola para darem as grandes linhas de orientação dentro do contexto traçado pelo Ministério que é o contexto da política nacional, ao serviço de todos os portugueses. Não podemos ter cada Escola como um feudo independente. A Escola responde perante a Nação».

«De certo todas as iniciativas são bem-vindas, as reuniões de esclarecimento, de discussão de problemas, de propaganda de pontos de vista, mas essas reuniões não podem pretender esmagar minorias, seria também a negação da democracia, nem têm poder deliberativo, não são órgãos soberanos, a soberania nacional exercer-se-á através da assembleia constituinte depois das assembleias de deputados resultarem dos tramites previstos na Constituição.

Cada escola não é um feudo, por isso não é soberana, integra-se num contexto amplo que é a nossa Pátria, que tem de ser uma Pátria para todos os portugueses e não apenas para alguns.

A este Ministério compete, assim, coordenar todos os esforços e decidir, aprovar ou rejeitar iniciativas, sempre aberto ao diálogo e à colaboração, às críticas rudes que lhe queiram fazer. Mas não sujeito a imposições porque a imposição é atitude fascista. O Ministério tem que decidir em função do interesse nacional. Cabe-lhe, seguidamente, democratizar o acesso à cultura, de forma tal que cada português se torne um cidadão consciente e um trabalhador ao serviço do interesse nacional. Para isso há evidentemente que criar as condições sociais e materiais que permitam a todos realizar-se segundo as suas capacidades. Mas, não tenhamos ilusões não é a escola que por si vai democratizar a sociedade. Será muito mais a democratização da sociedade que permitirá a democratização da cultura. A escola pode para isso contribuir de uma maneira importante. Pode contribuir, sobretudo, se pensar que a educação começa na fase infantil. Porque é nos jardins de infância que se jogam os destinos, as carreiras dos portugueses. Devemos dar prioridade a este aspecto porque sabemos hoje que não basta abrir as Universidades, se não houve à partida a possibilidade de acesso a esse convívio renovador que é o jardim de infância».

«Interessa, por outro lado, uma educação permanente que a cada cidadão permita integrá-lo na cultura que é movimento, que é transformação, que não é apenas herança, que não é peso morto do passado mas que é a conquista constante dum futuro. Nós temos que democratizar uma cultura autêntica, não é vender pacotilha aos portugueses. Cultura autêntica que é rigor, que é exigência de qualidade, que não é o triunfo generalizado da mediocridade. Porque o nosso fascismo é que era o regime da mediocridade.

Temos, portanto, de criar um equilíbrio na formação, na acção pedagógica entre a preparação didáctica, a maneira de ensinar e o rigor científico

do conteúdo, o espírito aberto, essa atitude crítica e críadora face ao porvir que Sérgio sublinhava como sendo o fim último da educação.

Democracia não é incompetência pelo contrário e o regime dos competentes, daqueles que não foram seleccionados pelos recursos materiais da família ou por circunstâncias particulares daqueles que foram encorajados para as funções onde podem melhor contribuir para o bem comum e realizar a sua personalidade por uma seleção que não é um sistema de obstáculos mas sim melhor aproveitamento dos recursos humanos para proveito de todos.

apoio aos
emigrantes

(Concl. da 1.ª pág.)

como representante de associações portuguesas nos departamentos de Bondy, Aubaine, Puteaux, Ivry e Cliehy. Aquele membro do Governo recebeu ainda duas professoras portuguesas que trabalham em França: Mabilia Pónsul Sargento e Maria Silvina Cavalheiro Gomes.

Entretanto a Secretaria de Estado da Emigração está a estudar a remodelação e a extensão dos seus serviços de apoio aos emigrantes, nos países onde eles se encontram a trabalhar.

Simultaneamente, os nossos compatriotas emigrados, nomeadamente os que se encontram de passagem em Portugal poderão utilizar aqueles Serviços, em Lisboa, directamente ou por escrito. A Secretaria de Estado da Emigração está em condições de prestar imediatamente os seguintes serviços, segundo um comunicado ontem distribuído por aquele órgão:

1) Averiguar, junto das autoridades militares, a situação em concreto dos compêlidos, refractários e desertores, informar os interessados, e, no caso de estes desejarem, vir regularizar a situação, tratar do expediente necessário para que não haja demoras entre a entrada no País e a incorporação nas respectivas unidades;

2) Diligenciar, junto das autoridades militares, pela emissão de títulos de adiantamento ou de outros documentos em relação aos que se encontram em situação militar regular;

3) Averiguar, junto das autoridades competentes, qual a situação em concreto de condenados eventualmente abrangidos por medidas de clemência e providenciar, sempre que possível, pela sua regularização, de modo a poderem entrar livremente no País;

4) Contactar as entidades competentes e informar os interessados sobre a forma de concretizar a reintegração nas suas funções de servidores do Estado que tenham sido demitidos por motivos de natureza política;

5) Informar os interessados sobre cartas de condução (validade das cartas estrangeiras em Portugal, troca por cartas de condução portuguesas, autenticação destas, etc.);

6) Averiguar, junto das competentes entidades, acerca de casos concretos de pretensão de equivalências de estudos estrangeiros a portugueses e quais as formalidades e provas necessárias para obter os documentos que concretizem equivalência;

7) Estudar e informar os interessados sobre questões concretas de direitos alfandegários em relação a veículos ou outros bens com que os emigrantes pretendem regressar a Portugal;

8) Reclamar, junto das respectivas entidades de ligação estrangeira em Portugal, acerca do eventual não cumprimento dos contratos de trabalho por parte das entidades patronais;

9) Informar ou encaminhar para a competente entidade de assuntos relacionados com os direitos de segurança social dos trabalhadores portugueses no estrangeiro e seus familiares (abonos de família, assistência médica, sistemas de totalização dos tempos de trabalho em Portugal e no estrangeiro, etc.);

10) Contactar as competentes instituições financeiras e informar os interessados sobre os tipos de remuneração de capitais depositados ou sobre outras eventuais aplicações (taxas de juro praticadas consoante os prazos, condições de empréstimos, etc.);

11) Contactar os competentes serviços de emprego e informar os interessados sobre possibilidades de colocação em Portugal e remunerações praticadas em relação à respectiva profissão;

12) Informar os interessados sobre formalidades a cumprir no País e no estrangeiro, com vista à chamada de familiares para junto de si;

13) Estudar e informar os interessados acerca de questões concretas de natureza jurídica (prestação de alimentos, perfilhações, nacionalidade de crianças nascidas no estrangeiro, filhas de pai e mãe portugueses, impostos a pagar por compra de Imóveis em Portugal ou outras transacções, etc.).



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 255 (GALERIA CALIFÓRNIA),

11.º andar, conj. 1 107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

SAO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

« A reacção não passará! »

(Cont. da pág. 3)

ente do povo português, fundido no mesmo ideal com o Movimento das Forças Armadas, será uma manifestação firme e clara de adesão aos grandes ideais da Humanidade — um enorme passo para o estabelecimento da igualdade entre os homens e entre os povos. A civilização, o progresso, o desenvolvimento ou significam igualdade ou, então, não significam nada.

A independência é um valor que não se discute, não se contesta, não se negocia; a independência reconhece-se, e não se ganha. Para o conseguir, é preciso que a coligação governamental se mantenha e fortaleça porque só a união efectiva de propósitos e de vontades é capaz de cumprir a espinhosa missão do Governo Provisório.

Terminou:
A crise que se atravessou há poucos dias teve a virtude de todos os períodos em que as dificuldades e divergências latentes sobem à superfície e tornam visíveis. O que estava oculto manifestou-se subitamente, surpreendendo e perturbando, agitou — mas deu o resultado saudável de definir posições, eliminar obstáculos incómodos, tornar mais coesa a união dos que se empenham lealmente no cumprimento do programa das Forças Armadas. Com a solidariedade do povo português, o programa é a garantia necessária da instauração e defesa da democracia política, fundamento de todas as reformas que gradualmente nos conduzam para um regime de paz, de igualdade e de liberdade.

MAGALHAES MOTA: «Um Portugal novo a construir»

Antestado a princípio por alguns sectores da multidão que enchia o Estádio mais aplaudido depois, Magalhães Mota, também antigo deputado da Assembleia Nacional e dirigente do Partido Popular Democrático, não ficou a seguir, começando por apontar quanto aquele momento parecia oportuno há três meses, assim como parecia impossível a liberdade que agora estavam ali a defender, a gritar com força e com esperança.

Mas, disse depois, ao longo da grande noite de que saímos, houve momentos de esperança, houve quem não se desanimasse, quem erguesse a voz e usasse de liberdade, arriscando com os seus perseguições e a prisão. E aqui saudar, prosseguiu, Alvaro Cunhal e Mário Soares e manifestar o seu agradecimento a todos quantos «nessa longa noite» fizeram que perdurasse a esperança, a todos quantos combateram para derrotar o fascismo, como o general Delgado, até que as Forças Armadas «a melhor parte do povo» fizeram o 25 de Abril.

O M. F. A. deu o liberdade ao povo e permitiu agora para que não torne a perder-se, disse depois Magalhães Mota, que recordou não ter o País «uma comoda herança», devido à alta taxa de preços que se estava a viver, à migração, que afastou de Portugal milhares de pessoas que queriam viver livres e dignamente, à guerra colonial. A sociedade que o fascismo nos legou, prosseguiu, era afastada do progresso e da justiça social e constitui agora um grande obstáculo ao tempo perdido. Mas temos de ser capazes, afirmou, de obter a paz que Portugal tem direito no conjunto das nações e essa tarefa não cabe apenas ao Governador Provisório, mas a todos os portugueses, unidos num grande projecto colectivo.

Temos uma tarefa enorme à nossa frente, cuja realização dependerá do nosso trabalho, da nossa força, da nossa coragem — disse noutro passo, acrescentando que o «slongan» a que nos habituámos, «O povo unido», significa, na realidade, que todos temos de dar contributo para a construção de um Portugal melhor e democrático. Por fim, e depois de se referir à representatividade do Governo dada pelo processo através de eleições livres, Magalhães Mota afirmou:

«As nossas mãos estão a força do povo. De mãos unidas temos um Portugal novo a construir».

FELICIDADE ALVES:
vigilância popular sobre as reacções provocatórias da reacção»

Assim a Felicidade Alves, da Comissão Central do Movimento Democrático Português e da Comissão Executiva da C.D.E. de Lisboa, foi o primeiro orador. Dizendo que valera a pena o combate de tantos democratas, apesar das tentativas do fascismo de reduzir ao silêncio, no sentido de conquistar a liberdade para o povo português, o antigo pároco de Belem prestou depois homenagem às Forças Armadas e referiu-se ao significado do 25 de Abril, acrescentando que, no entanto, estes três meses têm significado «dificuldades iminentes a uma experiência de vivência democrática a que não estávamos habituados, reacções de manobras subreptícias para modificar o curso democrático instaurado no País».

Mas a reacção, prosseguiu, não teve sucesso. Pelo contrário, o que essas manobras conseguiram foram «duas coisas maravilhosas: permitiram que

o povo português obtivesse a prova provada de que as Forças Armadas mantiveram o seu juramento de fidelidade ao Programa da libertação do País que elas haviam interpretado, elaborado e proclamado; e, consequentemente nem por um momento enfraqueceram o pacto de esperança, e de destinos entre o povo e as Forças Armadas, antes se reforçaram e reafirmaram esta aliança como a principal garantia de que o reinado do fascismo não regressará».

Felicidade Alves acrescentou que importava, antes de mais, desmontar o aparelho económico capitalista, porque «queremos uma sociedade sem ricos opressores e sem pobres oprimidos» e os aparelhos, ideológicos dos monopólios e do poderio político, afirmando depois:

«Grandes transformações de carácter económico, político e cultural se tornarão necessárias para construir no futuro uma sociedade justa e digna. Mas importa não perder de vista os objectivos imediatos do processo democrático em que agora estamos empenhados: pôr fim a guerra colonial; defender e consolidar as liberdades democráticas; melhorar as condições de vida dos trabalhadores, impedir a sabotagem da vida económica; prosseguir o saneamento do País em todas as esferas; manter vigilância contra a ameaça de regresso do fascismo e levar o País até à realização de eleições livres».

A partir das eleições do próximo ano, novos objectivos se irão definir para o nosso país. Mas também, então, o povo os definirá e empreenderá na mais inabalável liberdade».

O orador fez depois a análise dos objectivos atrás citados, afirmando, noutro passo, que «para que se possa levar a bom termo as imensas tarefas que se deparam é indispensável que se mantenha uma grande mobilização popular, que o nosso povo se mantenha sempre activo, decidido e vigilante». E sublinhou: «Em especial impõe-se uma grande vigilância popular sobre as campanhas provocatórias que as forças reacconárias não deixarão de suscitar, ou melhor, que já estão a desencadear. Com efeito após o período de desorientação, surpresa e medo, as forças reacconárias estão já extremamente activas e manifestam um atrevimento que terá de receber a resposta popular que merecem».

Citando campanhas de calúnias contra as forças democráticas e boatos alarmistas que têm por origem o fascismo, Felicidade Alves afirmou:
«As forças reacconárias podem escolher este ou aquele alvo imediato para o qual dirigem todo o seu arsenal de desespero e ódio; mas que ninguém esqueça de que, no fundo, trabalham e conspiram contra o Portugal livre e democrático que o nosso povo deseja construir».

Nesta grande festa de unidade com o Movimento das Forças Armadas e de apoio ao novo Governo Provisório, o Movimento Democrático Português reafirma que, até ao limite das suas possibilidades, até ao limite da energia e dedicação de milhares de democratas nele integrados, continuará, como até aqui, em todas as situações, em todos os momentos, em todos os locais, a dar o seu sincero contributo para a efectiva democratização do País. Sem nenhuma dúvida nenhuma hesitação».

E terminou:
«O futuro do País, a possibilidade de o nosso povo poder vir em ampla liberdade a decidir do seu futuro em eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, a vitória sobre as resistências e as dificuldades que se levantem à evolução democrática de acordo com os interesses populares, continuarão a depender do nosso empenhamento colectivo em defesa daquilo por que tanto lutamos, continuarão a depender como até aqui de que as Forças Armadas estejam com o povo e de que o povo esteja com as Forças Armadas».

Esta a grande garantia do nosso futuro. Esta a grande certeza de que, unidos e fortes, avançaremos para um regime amplamente democrático, assente no respeito da vontade popular».

Por entre «vivas» ao M.F.A., ao Governo e à unidade das forças populares e democráticas, a multidão entoou, então, em impressionante coro, a canção «Grandola, Vila Morena».

ALVARO CUNHAL: «Somos fiéis a uma política de unidade»

Uma longa ovação, em que se misturaram prolongadas vivas ao P.C.P., precedeu o discurso de Alvaro Cunhal, logo que o seu nome foi anunciado pela voz vibrante de Luís Filipe Costa. Cresceram bandeiras vermelhas por todo o vasto estádio, levantaram-se milhares de braços, viveu-se autêntica paixão partidária.

Os projectores do R.A.A.F. continuaram a varrer a semi-obscuridade, descobrindo esses momentos de euforia.

A banda do Barreiro não ficou inerte ao calor que se fez sentir. As suas notas misturaram-se no grito enorme da multidão e os acordes de «Avante camarada» vibraram durante momentos por todo o estádio.

Durante dez minutos viveu-se uma autêntica apologia do P.C.P., aumentada nas vozes dos muitos milhares adeptos quer do P.S.P., quer do P.P.D.

Finalmente, às 23,30 h. Alvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P. pôde fazer ouvir a sua voz.

As suas primeiras palavras foram dedicadas à recente crise verificada na vida política portuguesa «provocada por uma tentativa de forças conservadoras para contrariar e comprometer o caminho para a paz e a democracia».

E acrescentou:
«A crise mostrou que, nas condições actuais, semelhantes tentativas estão votadas ao fracasso. Evidenciou que o Movimento das Forças Armadas é uma grande e positiva realidade na vida nacional uma força de garantia do processo de democratização. Evidenciou o carácter determinante da unidade do povo com as Forças Armadas, que devemos salvaguardar como um bem precioso e de que este comício é uma brilhante demonstração. Mostrou que existem condições essenciais que nos permitem afirmar com confiança: apesar das dificuldades e perigos, o curso democrático iniciado pela vitória histórica do 25 de Abril prosseguirá até à realização integral do Programa do Movimento das Forças Armadas aprovado pelas mais amplas massas populares, desde o glorioso plebiscito do 1.º de Maio do ano corrente. Que se desiludam as forças reacconárias. A história não voltará atrás».

Depois de salientar que é necessário andar para a frente no caminho da paz e da solução do problema colonial, o orador declarou:
«Depois de graves dificuldades, hesitações e perigos (que continuam sem dúvida a existir, mas mitigados) deram-se novos e importantes passos para pôr fim à guerra e para a solução do problema colonial».

E prosseguiu:
«Os portugueses vêm com alegria a aproximação do fim do colonialismo português. O colonialismo tem sido e é ainda um factor da dependência de Portugal do imperialismo estrangeiro. A liberdade do povo português é inseparável da liberdade dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e outros territórios. O fim do colonialismo português será um factor decisivo para a construção de um Portugal verdadeiramente democrático e independente. O processo está encetado. Será ainda complexo, e irregular e acidentado. Avança porém de forma irreversível e o objectivo será alcançado».

Melhorar as condições de vida e a estabilidade económica
Alvaro Cunhal referiu-se em seguida ao problema social e político do País. Reconhecendo que existem baixos salários e muita miséria, afirmando em dado passo:
«Impõem-se melhorar preferencialmente e o mais rapidamente possível a situação dos trabalhadores das categorias mais desfavorecidas, continuando a congelar salários e vencimentos mais elevados ou a permitir neles apenas ligeiros reajustamentos. Se acontece que o Estado, nas condições actuais, pode não estar em condições de atribuir aos aumentos mais que uma determinada verba global, então nesse caso essa verba global deverá (ao contrário do que sucedeu não há muito com o funcionalismo) beneficiar as categorias mais mal pagas».

Recordou depois que não se podem desligar essas reivindicações da situação económica geral, que «causa justas apreensões», declarando:

«Devemos ter bem presente que uma crise económica só as forças reacconárias e fascistas poderia aproveitar. Talvez por isso, alguns detentores das alavancas da vida económica e financeira bloqueiam créditos, criam gravíssimas dificuldades às pequenas e médias empresas; pretendem encerrar fábricas sob pretexto de falsas falências; despedem operários sem justa causa; paralisam encomendas; e parecem assim querer criar um ambiente de crise económica grave, de agudização dos conflitos sociais, de falta de confiança no Governo Provisório e noutros órgãos do poder, preparando o terreno propício a manobras e provocações contra-revolucionárias».

E, a propósito, avisou:
«Aqueles que assim agem há que dizer: é tempo de serem de lado a esperança do regresso da ditadura fascista, é tempo de se acomodarem à nova situação política, é tempo de compreenderem que o povo português está vigilante e cortará o passo à utilização de armas económicas com o fim de poderem comprometer o caminho para a democracia. Os trabalhadores têm mostrado a sua alta

consciência política e cívica contribuindo para evitar a eclosão de uma grave crise económica».

E necessário que os grandes grupos económicos e financeiros, o façam também. Ninguém pode exigir que os trabalhadores se disponham a pagar exclusivamente o preço das dificuldades que atravessa a economia nacional. O grande quinhão a pagar deve ser pago por aqueles mesmos que criam as dificuldades, por aqueles que têm mais recursos e mais proveitos».

A democratização da vida nacional

Salientou, em seguida, que andar para a frente na via da democratização da vida nacional, na via que conduzirá à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte e à instauração de um regime democrático, implica o prosseguimento do saneamento e permanente vigilância para com as manobras da reacção.

Prosseguiu, disse:
«O caminho para a democracia implica que a institucionalização, que está para breve, de liberdades e direitos dos cidadãos constitua a consagração definitiva e ampla dessas liberdades e direitos e não a sua drástica e antidemocrática restrição. O P.C.P. é claro em relação ao problema da liberdade e da ordem. Uma vez instituídas amplas liberdades, a ordem democrática tem de ser firmemente defendida e não devem ser toleradas violações das leis democráticas. Mas para isso é necessário que de facto sejam instituídas amplas liberdades».

O exercício das liberdades deve ser tão natural como a vida. Não pode ser compreendido como uma acção constantemente limitada, por coações e ameaças por medidas repressivas. O aparelho do Estado deve ser utilizado, não para constrianger as liberdades, mas para garantir o seu exercício».

Referindo-se depois à campanha dirigida contra o P.C.P., Alvaro Cunhal lamentou «as discriminações existentes para com os membros do Partido», tendo salientado:

«Todos sabemos que o anticomunismo é uma arma predileta da reacção e do fascismo. O anticomunismo visa naturalmente o nosso partido, cuja força e influência, cujo amplo e maturo apoio popular não agrada a certos sectores. Mas visa também as outras forças democráticas».

E a terminar, declarou:
«Estamos aqui para manifestar o apoio do movimento democrático popular ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório, para expressar o profundo gozo do nosso povo pela participação no Governo de heróicos e destacados dirigentes do 25 de Abril. Somos fiéis a uma política de unidade com as outras forças democráticas, de aliança com as Forças Armadas e pensamos que tal unidade e tal aliança são para hoje e podem e devem ser também para amanhã, para a construção de um Portugal democrático, pacífico, próspero e verdadeiramente independente».

Uma outra ovação sublinhou na palavras de Alvaro Cunhal e novamente o «Avante Camaradas» se fez ouvir por todo o estádio.

Mensagens de saudação

A banda lançava já os primeiros acordes do Hino Nacional, seguida pelos milhares de manifestantes, quando Luís Filipe Costa informou que o comício não terminara ainda.

Disse, então que a presidência colectiva da manifestação-comício elaborara três mensagens, dirigidas ao Presidente da República, ao chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao primeiro-ministro, respectivamente, generais António de Spínola e Costa Gomes, e coronel Vasco Gonçalves, cujos textos leu a seguir, tendo todos sido aprovados por aclamação.

Todas as mensagens referiam como autores «os participantes da grande manifestação-comício realizada no dia 25 de Julho, em Lisboa, em apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório, os quais enviaram «as suas respeitadas saudações».

Na dirigida ao Presidente da República lia-se depois:

«Salientamos o papel por V. Ex.ª desempenhado na criação das condições que tornaram possível a vitória histórica do 25 de Abril; expressam a certeza em que o processo de democratização e de descolonização prosseguirá com V. Ex.ª repetidamente tem vincado; e sublinham que pode V. Ex.ª contar com o apoio popular em todas as medidas que, como chefe supremo do Estado Português, entenda empreender para que sejam atingidos os grandes objectivos de paz e democracia por que anseia o povo português».

Por sua vez, na dirigida ao general Costa Gomes acrescentava-se:

«Reconhecemos o papel decisivo desempenhado pelas Forças Armadas Portuguesas no derrubamento da ditadura fascista e na reconquista das liberdades na gloriosa jornada do 25 de Abril; reiteramos a sua confiança às

Forças Armadas no desempenho da alta missão que lhes está confiada no processo de instauração da democracia em Portugal, no cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas; e afirmamos, em nome das massas populares que representam, o firme propósito de tornar cada vez, mais sólidos os laços que unem as Forças Armadas e o povo português».

Finalmente, na dirigida ao coronel Vasco Gonçalves lia-se:

«Salientamos a patriótica decisão dos heróicos combatentes do 25 de Abril, reunidos no Movimento das Forças Armadas, de entrarem no Governo Provisório, assumindo neste as mais altas responsabilidades sublinham a importância da manutenção da indispensável coligação de partidos e correntes democráticas que, com as Forças Armadas, se encontram empenhados, com as largas massas que os apoiam, na realização do Programa do Movimento das Forças Armadas; e manifestamos a sua confiança no novo Governo Provisório para pôr em prática aquele programa, fazer frente às manobras e conspirações da reacção, enfrentar os graves problemas económicos do País, elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, pôr fim à guerra colonial e iniciar o processo de autodeterminação e independência dos povos das colónias, conduzir o País à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte e à instauração de um regime democrático estável escolhido pelo próprio povo».

Já passava da meia-noite quando os milhares de pessoas abandonaram o Estádio 1.º de Maio, onde acabavam de escrever um segundo marco da história portuguesa, neste espaço de três meses, em que se tem provado a vocação democrática do povo português.

A saída da bancada central juntaram-se muitas dezenas de pessoas, que quiseram apertar a mão aos oradores e aos «leaders» dos três partidos que organizaram o comício, do «Diário de Notícias», Lisboa 26-7-74

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva
R: do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

LONDINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese
And Colonial Bulletin — 10
Fentiman Road, London, S.
W 8

BELGICA: Antonio Casanova
35, rue Montenegro, 1060
— Bruxelas — Belgique

HOLANDA: TULIPA VERMELHA —
Post. bus 12039 —
AMSTERDAM — BIJMERMEER.

CANADA: Portuguese Canadian
Democratic Association
P.O. Box 72.

WESTON-ONTARIO
VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado
8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica
Portuguesa del Uruguay
Casilla de Correo n.º 2.128 —
Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João
Ribeiro — Postovní Urad.
— Jindřiská UL, C: 14
Scharánka 646 — Praha 1
FRANÇA: Grupo de Amigos
de «Portugal Democrático»
— 2, place François Villon
— Escalier E — La Cour-
veneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Libero Badaró n.º 488
5.º and. - s/50 - F. 37-0933
Caixa Postal, 6248
São Paulo — Brasil

EXPEDIENTE:

Dias úteis; das 19 às 22 hs.
Assinatura para o exterior
US\$ 8,00

Composto e Impresso:
Sociedade Imprensa
Pannartz Ltda.
Rua Almeida Torres n.º 119
Prédio IV - Aclimação - SP

ANO XIX N.º 188
AGOSTO DE 1974

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião dos seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

« A revolução é democrática, não socialista »

— Declarou o Maj. Victor Alves, Ministro sem Pasta, ao enviado especial do jornal « O Estado de São Paulo »

LISBOA — « É preciso que esta gente perceba que fazemos uma revolução democrática e não uma revolução socialista », declarou-me o major Victor Alves, ministro sem pasta do novo governo de Portugal. A « esta gente » a que Victor Alves se refere é o empresariado português. Os meus contatos com homens de negócios, desde que cheguei a Lisboa, há uns dez dias, revelaram um estranho ar de fim-de-festa. Empresários fugiam a contatos, vom medo de serem citados. Outros julgam que Portugal caminha, a passos largos, para o socialismo ou o comunismo — e não fazem muita diferença entre uma coisa e outra. Não faltou quem me dissesse que o coronel Vasco Gonçalves, primeiro-ministro, era um velho militante comunista — o tipo da versão que, segundo sei, causa grande irritação a esse oficial de engenharia considerado o cérebro do Movimento das Forças Armadas.

O brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, governador militar de Lisboa foi classificado de « vermelho » por conversas reservadas — tão reservadas que se realizou, aos cochichos, na sala de banhos de um restaurante a 200 metros da gigantesca Praça do Marquês de Pombal, o « déspota esclarecido » da história portuguesa. Quanto a Victor Alves, houve quem me perguntasse se não notara que ele tinha uma barbeta à maneira de Lenin — o que me obrigou a lembrar ao interlocutor que faltava-lhe a calva característica dos irmãos Ulianov. A resposta foi muito significativa, com um sorriso meio trônico, meio descontrado:

— Se calhar, os Alves se entendem.

DEMOCRACIA

Apesar da intenção, a frase era apropriada. Em meu contato com o major Victor Alves, soube entender-lhe os objetivos, as preocupações e as limitações — estas últimas mais decorrentes da situação de Portugal do que da sua inteligência. Não vi qualquer discrepância entre as afirmações fulminantes do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho e a análise tranquila do quadro português feita por este outro jovem oficial — « a menina dos olhos » do movimento, segundo um dos seus colegas — que reitera a necessidade de uma presença dos militares napolítica e na administração para « guiar Portugal no sentido de uma democracia representativa ». Quando perguntei ao major Alves se ele tem uma idéia de prazo, respondeu-me, com clareza:

— O Movimento das Forças Armadas tem o seu momento histórico e o seu programa específico. Do ponto de vista jurídico, estão em preparo disposições transitórias que dizem respeito não só à imprensa, à economia, às finanças, como também ao sistema eleitoral. Este elenco de medidas de caráter jurídico servirá para orientar a ação do regime até o momento em que, depois das eleições de 1975, uma Assembleia Nacional preparar a Constituição da República. A partir deste momento, os militares — de acordo com o nosso pensamento — deverão obedecer aos preceitos constitucionais e vigiar para que eles sejam respeitados.

PRIVILEGIADOS E OS QUE VÃO NAUFRAGAR

Entretanto, o major Victor Alves esclarece que a definição do sistema democrático português estabeleceu-se, em princípio, no programa do Movimento das Forças Armadas. É possível que haja discrepância entre as forças políticas civis e o Movimento das Forças Armadas sobre diversos pontos, inclusive sobre o papel dos militares no futuro. Mas acredita que a troca de idéias entre militares e políticos e uma crescente participação do povo — sindicatos, partidos, associações civis, imprensa etc. — nos assuntos que dizem respeito à coletividade e aos destinos de Portugal, permitirão chegar-se a um sistema democrático em que « as soluções dos problemas sociais possam ser encontradas e aprofundadas dentro de um quadro de legalidade democrática ».

Voltando ao empresariado português o major Victor Alves diz que, em grande parte, ele ainda está chocado pela mudança que ocorreu a partir de 25 de abril. Aponta como uma das principais exceções, que logo compreendeu o que ocorria e já faz as necessárias projeções para o futuro, o industrial e financista António Champalimaud — um homem que se especializou em bancos, seguradoras, aço e cimento e que, agora, procura afirmar a vocação europeia de Portugal. Mas nem todos tiveram tal agudeza. O major Victor Alves explica:

— Estavam cobertos por privilégios e por um protecionismo arcaico. Agora perderam as bengalas e os guarda-chuvas e pensam que vão naufragar. OS PRIVILEGIADOS

Alguns, evidentemente, vão naufragar. Mas o ministro Victor Alves julga

que as novas condições obrigarão as empresas privadas a abrir caminho para uma nova geração de administradores que, há algum tempo, já tentava fazer com que a sua voz fosse ouvida. O major é peremptório:

— O respeito à propriedade privada está no programa do Movimento das Forças Armadas. O objetivo do 25 de abril é o de criar as condições para que Portugal e o seu povo se desenvolvessem e para que aumente a riqueza de todos, e não apenas de uma minoria de privilegiados.

Como descreve ele essa minoria de privilegiados?

A classe empresarial portuguesa, de um modo geral, acostumou-se ao sistema antiquado e injusto do salazarismo. Em primeiro lugar, a matéria-prima era barata, por causa da exploração das colônias. Em segundo lugar, a mão-de-obra era barata — na metrópole e nas colônias. A repressão policial, a proibição do direito de greve, a censura à imprensa políticos, o clima de inibição e de medo reinante no país, tudo isto contribuía para garantir a mão-de-obra a baixo preço.

As leis protecionistas não só garantiam monopólios e privilégios como, ainda, impediam que o empresariado português, em sua totalidade, tivesse que concorrer ao mercado internacional, em termos realistas. O resultado foi a dominação de alguns poucos setores por capitais estrangeiros, o crescimento monstruoso de alguns grupos nacionais monopolistas e o esclerosamento da iniciativa privada — que sob proteção do Estado, não era propriamente privada (o Estado tinha delegados nas empresas) e que, em matéria de iniciativa, não a tinha.

O excedente de mão-de-obra transformou-se numa fonte de receita para o Estado. Os portugueses partiam para a emigração não mais para o eldorado brasileiro, mas para o Mercado Comum Europeu, o Canadá e a Austrália etc. Portugal foi o único país do mundo que viu a sua população diminuir, em uma década. Há uma diáspora portuguesa na Europa calculada em quase dois milhões de pessoas, na qual se incluiu um terço de mão-de-obra válida.

A INSTABILIDADE JA ESTA SUPERADA

— As duas grandes fontes de renda — diz o major Victor Alves — eram o turismo e a receita dos emigrantes. Agora, estamos sofrendo as consequências.

O ministro diz que Portugal adotara a política do « turismo de luxo », dirigido a uma determinada camada social — ao contrário do que fez a Espanha. Hoje, sindicatos de trabalhadores ingleses têm convenios com empresas de turismo espanhol, enquanto Portugal terá que fazer uma revolução, se quiser concorrer.

Este ano, por causa da inflação mundial, há uma crise no turismo, em todos os países. Nas demais nações da Europa, calcula-se que tenha havido uma queda de 30 por cento. Em Portugal, a queda foi maior — possivelmente de 50 por cento.

— A concorrência intensificou-se — explica o major Victor Alves — os nossos concorrentes passaram, por exemplo, a fazer a propaganda da colera em Portugal, da instabilidade política etc. Agora, felizmente, as coisas estão voltando ao normal, sendo de prever-se que, em agosto, estaremos na mesma situação dos nossos concorrentes.

Em Londres, antes de vir para Lisboa, perguntaram-se:

— Já se vacinou contra colera?

A HISTORIA

A verdade sobre a colera em Portugal é muito simples. Antigamente, havia colera. Mas não se publicavam os dados. E a imprensa, se soubesse, não podia divulgá-los. Agora, os serviços da saúde pública se encorregam de divulgar o número de casos de colera — que são da ordem de 50 ou 60 — e a imprensa publica. Alguns órgãos internacionais, como a gigantesca orquestra que é a cadeia jornalística que Axel Stringer, na Alemanha, sempre pronta a descobrir escândalos e a apolar grupos de direita, passaram a fazer uma campanha sistemática contra Portugal, usando a colera e a instabilidade política. Os turistas, ao que tudo leva a crer, deviam escolher lugares mais seguros, como Chipre, por exemplo.

Depois do 25 de abril, os cravos vermelhos, a embriaguez da democracia ressurgida, começou a inevitável agitação social. O patronato ficou em pânico. Afinal, os empresários não estavam preparados para a onda de reivindicações. Nem o movimento de trabalhadores, que passou além dos limites, em muitos casos. Nesse meio termo, uma campanha contra o novo regime português, feita pelos grupos de extrema-direita na Europa, e o medo da instabilidade num país onde — segundo Victor Alves — havia o mito do « escudo forte », fizeram com que as remessas de dinheiro dos emigrantes diminuissem de modo substancial. O português que vivia em França continuava a mandar dinheiro para o seu país, é claro, mas não enviava a parte das suas economias destinada à aplicação — em ações e títulos, em pequenos negócios, em casas e terras etc. Somente agora, segundo Victor Alves, o nível das remessas está voltando ao normal.

bilidade num país onde — segundo Victor Alves — havia o mito do « escudo forte », fizeram com que as remessas de dinheiro dos emigrantes diminuissem de modo substancial. O português que vivia em França continuava a mandar dinheiro para o seu país, é claro, mas não enviava a parte das suas economias destinada à aplicação — em ações e títulos, em pequenos negócios, em casas e terras etc. Somente agora, segundo Victor Alves, o nível das remessas está voltando ao normal.

ECONOMIA DOENTE

Victor Alves faz questão de frisar que os movimentos de reivindicação salarial — inclusive greves — começaram em fins de dezembro e em janeiro, ainda sob o governo do primeiro-ministro Marcello Caetano. A crise já se tornava evidente e, refletindo a desagregação inexorável de um governo que prometera — há cinco anos — a liberalização e a reforma de estrutura política e social do salarismo, mas não cumprira as promessas. É verdade que os trabalhadores, ainda inibidos, não avançaram demais o sinal. Os ajustes, entre empregados e empregadores, se fizeram de maneira desordenada, enquanto o governo fazia de conta que

« A Democracia não se edifica com os Fascistas »

O primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, disse ontem ao presidente e aos vogais da comissão de saneamento da função pública que têm de fazer justiça sem crueldade. Mas advertiu que a « democracia não se edifica com gente demasiadamente comprometida com o regime anterior — não se edifica, em suma, com os fascistas ».

Estas afirmações foram produzidas ontem, ao fim da tarde, no Palácio de S. Bento, quando o primeiro ministro conferiu posse ao conselho do Supremo Tribunal de Justiça, dr. João Faria Martins, e aos drs. Alexandre Borrego e Julio Dá Mesquita, nas funções de presidente e vogais da Comissão Interministerial de Reclamação prevista no Decreto-Lei n.º 277/74. O referido diploma, como se recorda, determinou várias providências destinadas ao saneamento da actual política interna e das suas instituições, previsto no programa do Movimento das Forças Armadas e que, conforme é referido no mesmo diploma, importa à imediata reestruturação do aparelho do Estado em função da ordem democrática, em termos de o dotar de maleabilidade e eficiência.

A Comissão Interministerial fica encarregada de estudar e apresentar aos ministros competentes propostas para a suspensão, transferência, aposentação, ou demissão dos funcionários ou agentes dos serviços civis do Estado, serviços e empresas públicas, autarquias locais e demais pessoas coletivas do direito público envolvidos nos processos de saneamento regulado pelo mesmo decreto-lei e que não prejudica o apuramento de quaisquer responsabilidades disciplinares, civis ou criminais

nada estava acontecendo. — A economia estava doente. O balanço comercial era deficitário. As reservas eram usadas para sustentar o famoso « escudo forte ». Preços de grão, farinha, trigo, arroz, eram subsidiados — afirma o major Alves.

— Hoje, neste momento — diz o ministro — temos menos greves do que no período que antecedeu ao 25 de abril. Não temos mais uma agitação forte e desordenada como ocorreu nas semanas que se seguiram ao 25 de abril. Não temos mais os quebra-quebras de antes da revolução. Nem a confusão subsequente ao 25 de abril. Estamos tentando terminar, pacificamente, com a guerra colonial. Por mais estranho que pareça, apesar dos interesses portugueses na África, gastava-se mais dinheiro com Guiné, Angola e Moçambique do que de lá se retirava. Felizmente, na medida em que preparamos a série de medidas para a reativação de economia, que serão anunciadas nas próximas semanas, restabelece-se o clima de confiança e podemos contar com reservas monetárias « bem confortáveis », como disse o presidente do Banco de Portugal, e encontramos receptividade na Europa Ocidental e nos organismos internacio-

nais de crédito.

RECUPERAR O ATRASO

— E o futuro? — indaga ao major Victor Alves.

— A pessoa mais indicada para responder seria o ministro da Economia e não um ministro sem pasta como eu — responde ele. No entanto, posso adiantar-lhe que o projeto Sines (preconizado por Champalimaud) está nas cogitações, que se abrem perspectivas para inversões estrangeiras controladas, para o desenvolvimento da indústria e construção naval, para o plano integrado de pecuária nos Açores etc. Portugal não está à beira do abismo como alguns querem demonstrar. Ao contrário, esteve e conseguiu sair. Agora, o senhor há de reconhecer que não é fácil construir um regime democrático, com nítidas conotações sociais, reificar uma economia e finanças que nem sequer se ajustaram ao capitalismo moderno, promover a descolonização, estabelecer uma ordem jurídica, enfim, recuperar em poucos anos um atraso de meio século — concluiu o major Victor Alves.

(in « O ESTADO DE S. PAULO », Brasil, 26-7-74).

A proposito de uma vivenda sinistra

O dia 23 de Maio de 1974 acordara recheado de um Sol que, talvez em homenagem à Liberdade, brilhava com intensidade crescente.

A massa trabalhadora salvo alguns sectores grevistas, emprevara-se ao trabalho com forças redobradas mas, espírito alerta que o perigo rasteja em redor.

Lá para as bandas de Águas de Moura, por entre árvores verdejantes, uma vivenda de arquitectura burguesa e construída de forma insólita: os alicerces feitos de ossos de gente simples e trabalhadora; as paredes quais braços erguidos aos céus e clamando socorro, o telhado vermelho de sangue das vítimas inocentes e, no interior, qual monstro impedido de conviver, um antigo homem, um actual criminoso que a justiça eterna não esqueceu para a hora da verdade!

Chefe Cardoso lhe chamavam. Ao serviço de um regime de terror, definiu-se pelo que de sádico continha, pelo que de fascista ao serviço da ex-PIDE constituía.

Figura insignificante, encontrava nas vítimas inocentes o trampolim para uma sociedade superior. No bastão a personalidade, nas chicotadas mais uma promoção, mais uma medalha.

Por isso o dia 23 último foi especial para todos os cidadãos, que se viram livres de algo que nem Deus saberia classificar.

Quando elementos da G.N.R., acompanhados de antigas vítimas que a Natureza salvou para glorificar o momento, prenderam o sinistro chefe Cardoso, vozes se elevaram aos céus, preces de agradecimento tingiram o firmamento! Valera a pena viver!

Havia sido preso um facinoroso que Mário Sôlho, Mário Brito, Sérgio Gama, Teles Santana, Júlio Tavares e outros, muitos outros que a morte roubou ao nosso convívio, sentiram na carne, até no espírito! Um criminoso que, por onde passou, marca indelével deixou de um regime que a todó o custo temos de soterrar.

Que a sua sepultura seja um oceano, um oceano de lágrimas que todos os homens bons de Portugal derramaram durante 48 anos.

VITOR BOTELHO

(do jornal « Margem Sul » 22-7-74)

Pequenas notícias

*Faleceu recentemente em Lisboa o Almirante Jorge Ramos Pereira distinto oficial da nossa Armada que desempenhou elevados cargos no Ministério da Marinha e representou Portugal em diversas reuniões internacionais, sendo possuidor de várias condecorações e louvores. Democrata sincero apresentou-se como candidato pela Oposição nas eleições de 1969, tendo retirado a sua candidatura para não pactuar com farsa eleitoral que então se representou.

*Os 640 trabalhadores da Applied Magnetic Portugal, situada em Sacavem estão sob ameaça de desemprego pois o administrador ausentou-se para os Estados Unidos sem ter pago salários nem indenizações aos empregados... O Governo Provisório parece estar já a proceder ao arresto dos bens da firma para efetuar o pagamento das dívidas. O administrador alegou que não há dinheiro, o que

causa estranheza pois as unidades fabricadas eram vendidas para os Estados Unidos a 165\$00, enquanto no mercado internacional eram cotadas a 5.000\$00... Os trabalhadores portugueses ganhavam 1.500\$00 por mês! A matriz, nos Estados Unidos, diz que nada tem a ver pois mantinha com a sua filial apenas relações... comerciais A Intersindical, o Sindicato dos Electricistas e o Movimento Democrático das Mulheres estão alertando o governo português para os fatos que estão acontecendo nesta e em outras firmas multinacionais do ramo «eletrónico».

*Segundo a Emissora Nacional de Lisboa 400 Pides presos na celeberrima Fortaleza de Casitas, estão reclamando pelo tratamento que recebem na prisão. Será que estão pretendendo um tratamento igual aquele que davam às suas vítimas antes de 25 de Abril, tempo que recordam com saudade... mas que jamais voltará?

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia civil e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos — Desquites e anulação de casamento — Naturalizações — Protestos e cancelamento de protestos — Contractos, renovação de contratos e ações de despejo — Falências e concordatas.

R. Boa Vista, 84, 7.º andar, salas 701 a 704 — telefone 34-7064 S. PAULO

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. L. Baduro, 488 - 5.º S. 50 - SP - Brasil

FORTE PAGO - DR - SP
AGÊNCIA CENTRAL
AUTORIZAÇÃO N.º 04283